

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

ATA Nº 005

PRESIDENTE – DEPUTADO WILSON SANTOS

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Boa tarde a todos!
Muito obrigado pela presença de todos! Que Deus possa nos abençoar nesta tarde de trabalho.

Que possamos receber nesta Audiência Pública informações, fazer cobranças e questionamentos.

Vamos dar início a esta Audiência Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Convido para compor a mesa o Presidente da Câmara Municipal do nosso querido Município de Santo Antônio de Leverger, meu querido professor Ugo da Conceição Padilha (PALMAS). Faz favor, professor! Eu já estou mais velho do que o meu professor... (RISOS).

Convido, ainda, para compor a mesa o Padre João, sempre presente, prestigiando as Audiências Públicas - muito obrigado, Padre João; o Superintendente Estadual do INCRA em Mato Grosso, Dr. Carlos Eduardo Barbieri Gregório, o Xiru (PALMAS).

Estamos aqui com o Superintendente número 1 do INCRA no Estado e o Diretor do INTERMAT - vamos falar sobre os assentamentos estaduais e os federais.

Convido também para compor a mesa conosco o representante da Energisa - recebo muita reclamação e temos hoje três servidores da Energisa aqui - o Engenheiro Manoel Oliveira, jovem engenheiro eletricitista (PALMAS); o Presidente da FETAGRI-Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso, nosso amigo Nilton José de Macedo (PALMAS); o Chefe local da EMPAER, nosso amigo José Givaldo (PALMAS); o Coordenador Regional da EMPAER, região Cuiabá, Isaías de Oliveira (PALMAS).

O time está muito bom. Agradeço a todos!

Quero registrar a presença do Supervisor de Projeto da Energia, Murilo Lopes; do Alan Kleber de Souza, Analista Comercial da Energisa; do Cássio Borges da Silva, Coordenador Agrário do INTERMAT, que acompanha o Dr. Jeovah; do Major da PM Dallaqua, neste ato representando o Comando da 3ª Companhia Independente - muito obrigado a PM.

Major, por favor, se quiser vir compor a mesa conosco (PAUSA).

Uma salva de palmas para o nosso representante da Polícia Militar (PALMAS).

Registramos e agradecemos a presença do Samuel Leite Moreira, Presidente da União das Associações de Moradores do Município de Santo Antônio de Leverger; do José Mariano da Silva, Presidente da Associação de Moradores da Agrovila e também Suplente de Vereador; da Miguelina Marques da Silva, Presidente da Associação Rural Sesmaria Boa Ventura e também agente comunitário de saúde; da Professora Rosilene Maruyama, Presidente da Cooperativa Agropecuária Mista de Santo Antônio; do José Benedito de Souza, Presidente da Comunidade

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Serrana, nosso amigo Souza; e do Manoel da Paixão Cruz, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do nosso querido Município de Santo Antônio de Leverger.

Agradecemos o apoio e a presença dos servidores da Escola Estadual Nagib Saad e o apoio da imprensa local.

Feita a apresentação, vamos convidar filho e mãe que vão fazer uma apresentação do Hino Nacional.

Solicito que todos fiquem em pé.

A Professora Raquel de Oliveira Fernandes Cambuí e o seu filho Carlos Eduardo de Oliveira Fernandes Cambuí, no violino, vão tocar... Antes, faremos um minuto de silêncio pelo falecimento do Victor Gabriel Gomes Ferreira, aluno do 9º ano desta escola, que aconteceu há uma semana. Hoje faz sete dias do falecimento do aluno Victor Gabriel.

(NESTE MOMENTO FAZ-SE UM MINUTO DE SILÊNCIO)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Uma salva de palmas ao Victor Gabriel Gomes Ferreira. (PALMAS).

Agora, sim, Professora Raquel de Oliveira e o seu filho, Carlos Eduardo de Oliveira Cambuí, vão nos brindar com o Hino Nacional.

(A PROFESSORA RAQUEL DE OLIVEIRA E CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA CAMBUI PROCEDEM À INTERPRETAÇÃO DO HINO NACIONAL).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Parabéns à família! Família que toca unida permanece unida!

Parabéns! É gente aqui da comunidade, mostrando que ninguém é melhor do que ninguém. É só ter oportunidade que as pessoas desenvolvem seus talentos.

Agradecemos as comunidades da Gleba Resistência, Vale das Palmeiras, Bocaina, Vale Abençoado, Assentamento Pontal do Glória, Águas Claras, Formiga, Moquéim e Santana do Taquaral.

Muito obrigado a todas as comunidades que se fazem presentes!

Agradecemos, ainda, os moradores da Gleba Bigorna; ao Major Queiroz, Comandante do 1º Batalhão de Bombeiros Militar; ao Rogério Major, Assessor Pedagógico de Santo Antônio de Leverger e ex-Diretor desta Escola Nagib Saad; ex-Vereador Franklin Luiz, que está conosco também; Professora Ruth, ex-Diretora das Escolas Maximiliano Arcanjo e Ana Luiza Prado Bastos, Bairro Osmar Cabral, em Cuiabá, que se aposentou está só na vida boa aqui nesta região, comendo galinha caipira todos os dias, inclusive a diretora da escola quer requisitar sua volta para lá.

Farei abertura dizendo para vocês que é a terceira Audiência Pública que fazemos desde agosto.

Alguém me falou assim: “Mas, Wilson, três Audiências Públicas?!”.
Eu falei: nós vamos fazer 10, 50, 1.000. Enquanto existir uma família nesta região

que não receba o seu título definitivo não irei abandonar esta região. (PALMAS)

Não vejo nenhuma dificuldade em fazer Audiência Pública. A estrada está um tiro! Daí o Padre João fala: “Você tem que fazer toda semana porque daí o Prefeito vem e arruma estrada!” (RISOS).

Agora vamos fazer lá no Taquaral, depois no Pontal, vamos só indo, espichando. (RISOS)

Isso é trabalhar, gente!

Neste País, se você não insistir, as coisas não acontecem. Se você desistir na primeira vez: veio aqui, fez Audiência Pública, passou mel na boca e foi embora, não irá acontecer.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Por que é que eu faço questão de fazer as audiências públicas e trazer sempre, Xiru, as mesmas pessoas?

Porque essas pessoas vêm aqui, fazem o compromisso e pedimos para elas voltarem aqui: “o senhor veio aqui em agosto.”

Depois da eleição o seu Wilson Santos voltou aqui de novo, já estamos aqui de novo em março e as coisas ainda não resolveram.

Calculem se não tivéssemos nunca feito uma Audiência Pública aqui. Calculem. Se fazendo é difícil, é complicado, é lento, é moroso!

Então, iremos continuar fazendo tantas audiências públicas, trazendo aqui o pessoal.

Está aqui o jovem engenheiro representando a Energisa. Daqui a pouquinho ele falará sobre a Energisa. Quem tiver alguma pergunta, algum questionamento, como vocês sempre fazem, de maneira educada, de maneira elegante, respeitosa, porque o dia que faltarmos com respeito com algum dos nossos convidados, eles não voltarão mais aqui.

Estamos aguardando também a chegada do Prefeito Valdir.

Nós temos um documento para assinar com a Prefeitura hoje.

O INTERMAT trouxe aqui um protocolo, um Termo de Acordo entre INTERMAT e Prefeitura.

Tem alguém da Prefeitura que está aqui representando o Prefeito Valdir? Veio alguém o representando? Parece-me que ele ia viajar, iria para o Rio Grande do Sul em um encontro de Prefeitos.

Assim que chegar o representante oficial da Prefeitura, manda rapidinho para a mesa, à frente.

Eu não tenho mais o que falar e vou passar para o Dr. Jeovah, Diretor do INTERMAT, que vai falar sobre os onze assentamentos que o INTERMAT tem aqui, a começar pela Vila das Palmeiras, um por um.

Então, prestem atenção, assim que ele terminar a sua fala, temos dois microfones aqui, um em cada ponta, você pode vir aqui, pegar o microfone, falar seu nome, sua comunidade, porque está sendo tudo filmado, e quem quiser essa filmagem é só nos procurar lá na Assembleia Legislativa, não custa nada, e vocês terão a fita, o *pen-drive*, o que for, o histórico desta Audiência Pública.

Isso aqui está sendo tudo documentado.

Temos também as senhoras que nos assessoram, anotam também.

Então, tudo aqui está sendo anotado e nós vamos cobrando dos órgãos, vamos cobrando da Prefeitura, do INTERMAT, do INCRA, da Energisa, da VIVO, da TIM, de quem quer que seja, o que for, da SINFRA, e vou cobrar o Marcelo Oliveira, porque eu mandei um documento para o Secretário Marcelo Oliveira, Secretário de Infraestrutura, para falar sobre a pavimentação da estrada, ele não veio, nem mandou representante.

Se ele está pensando que ele é mais do que o Governador, está enganado. Ele será criticado, semana que vem, na tribuna da Assembleia Legislativa, na *TV Assembleia* e na *Rádio Assembleia*, por faltar com o respeito, não com o Deputado, mas com a comunidade daqui... (PALMAS)

Ele tem que ter respeito com a comunidade. Ele foi convidado pela Assembleia Legislativa, tinha que estar aqui.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Às vezes não pode estar, está doente, está em viagem, mas mande um representante. O que não pode é achar que aqui é um bando de gente que não merece respeito.

Quem paga os salários deles são vocês! Quem paga os salários do prefeito, do vereador, do deputado, do secretário, do presidente, são vocês!

Agora mesmo acabou de prender um ex-Presidente da República. Acabou de ir para a cadeia!

Por quê? Porque não faz a coisa certa, porque não fez a coisa correta, não age de maneira correta. (PALMAS)

Secretário, o senhor não pode ir? Tem mais de mil funcionários na sua Secretaria, designe um para ir. Não é em Aripuanã, não. Não é em Colniza, em Barra do Garças, e tinha que ir lá também, é aqui ao lado de Cuiabá, em meia hora está aqui. Não vem e não manda representante. Vai receber um tratamento à altura do desrespeito que fez com todas estas comunidades.

Será chamado. Será documentada uma fala dura minha contra o Secretário Marcelo Oliveira e Silva. *Ok?*

Farei esse registro na tribuna da Assembleia Legislativa.

Já passo a palavra para o Jeovah, que é o homem que falará em nome do INTERMAT.

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – Em primeiro lugar, uma boa tarde a todas e todos!

Em nome do Deputado Wilson Santos, com quem temos uma longa amizade, cumprimento toda mesa; em nome de todos os representantes...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Jeovah, antes que você comece a sua fala, quero convidar, para compor a mesa, o Major Queiroz, do Corpo de Bombeiros Militar do 1º Batalhão.

Por favor, Major. (PALMAS)

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – Em nome de todos os representantes, de todas as comunidades do Município de Santo Antônio de Leverger, cumprimos todos os agricultores e agriculturas e todos os participantes desta Audiência Pública.

Em nome do Presidente do INTERMAT, Dr. Francisco Serafim, a quem me coube representar neste evento, quero agradecer, Deputado Wilson Santos, pelo convite, muito nos honra estar aqui, trazer algumas informações, estar junto com todo o pessoal da zona rural do Município de Santo Antônio de Leverger.

O meu nome é Jeovah Feliciano de Souza, sou servidor de carreira do INTERMAT, estamos aqui em dois, o Cássio é nosso Coordenador.

Por favor, Cássio, levante-se. O apresentamos para os senhores.

Sou servidor de carreira do INTERMAT, estou lá há 04 anos, neste momento, sou o Diretor de Regularização Fundiária Rural e Assentamentos, regularização fundiária para as áreas abaixo de 100 hectares.

O INTERMAT separou a regularização fundiária e acima de 100 hectares temos uma diretoria que cuida, que são aqueles que consideramos os mais ricos, e temos aqueles que consideramos pessoas que mais necessitam do Poder Público, que são as pessoas que têm áreas pequenas, que são até 100 hectares. Então, nós temos uma diretoria específica para tratar com os senhores, em que o rito processual é diferenciado, são mais fáceis os processos para andar.

Então, nós cuidamos de todos os processos abaixo de 100 hectares e também dos 11 assentamentos, objetos dos quais nós vamos falar com os senhores.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

No Estado de Mato Grosso o INTERMAT tem 122 assentamentos oficiais e outras 09 glebas, que tratamos da mesma forma, como se fosse um assentamento. São cerca de 15 mil famílias de trabalhadores da agricultura familiar, espalhadas de Porto Alegre do Norte até Colniza, de Guarantã do Norte até Poconé.

São 15 mil famílias aguardando e precisando receber a regularização fundiária, que nada mais é, senhores, do que a tão sonhada escritura, o título que o INTERMAT tem que expedir e que tem que entregar para os senhores, que nada mais é do que a nossa obrigação, porque sabemos que tem assentamento, como é o caso de Guiratinga, que já existe há 03 décadas, Deputado Wilson Santos.

Nós temos o Assentamento Tarumã, em Guiratinga, que está há quase 40 anos... Pessoas que foram para lá ainda criança, hoje já são avós, continuam no assentamento e ainda não têm título.

Todos nós sabemos que uma terra sem título, Xiru, é um cidadão sem documento, é um cidadão sem CPF. Aquele que não tem título da terra, ele nada tem. Ele tem apenas a expectativa de um direito do qual, se ele parte, chega o momento em que fica velho, deixa este mundo, deixa para os seus filhos apenas uma expectativa de um direito, apenas uma ocupação possessória da qual a lei infelizmente... Eu digo infelizmente, porque precisa mudar, Deputado Wilson Santos, isso não pode continuar acontecendo.

Eu acho que a reforma agrária não é isso, reforma agrária precisa dar segurança jurídica para aquele que ocupa a terra. O cidadão deixa este mundo e não deixa a herança para os seus filhos, porque o filho, quando vamos fazer a vistoria, não é ocupante primitivo, e a legislação diz: “O senhor não é beneficiário da reforma agrária.”

Ora, espere aí, o cidadão que trabalhou lavrando a terra 40 anos, foi lá e encontrou só mato, ocupou foice, machado, motosserra, plantou, criou uma família ali, tem 10, 20, 30, menos de 100 hectares, cansou-se, está deixando para ir para a cidade descansar, ou tratar da saúde, ou mesmo faleceu, então a sua família não pode herdar aquele pedaço de terra? Espera aí, nós vivemos num País onde o direito de propriedade é líquido e certo. Esse cidadão adquiriu o direito de ser dono daquele pedaço de terra.

Então, a legislação precisa ser complacente com esse cidadão, esse cidadão precisa do seu título, ele precisa trabalhar com firmeza, com coragem; mas, sobretudo, com a garantia jurídica de que ele, se um dia deixar aquele imóvel, tem garantia a sucessão; seja para passar para um terceiro, seja para deixar para sua família, lutamos para que isso aconteça, para que o cidadão assentado, para que o pequeno agricultor passe para a sua família quando ele deixar a sua atividade.

O INTERMAT trabalha nessa linha, buscando a regularização dessas 15 mil famílias, que nada mais é, eu repito para os senhores, que titular. O INTERMAT, outrora, já trabalhou trazendo fomento, trazendo financiamentozinhos para construção de casas e, às vezes, até estrada.

Hoje, o INTERMAT não tem essa atribuição, eu acho que foi correto o INTERMAT deixar de trabalhar com fomento, com crédito, porque isso é problema da EMPAER, que está muito bem representada aqui.

Eu acho que quem faz assistência técnica e extensão rural, quem faz projetos de créditos é a EMPAER, o Banco do Brasil, os bancos de fomento e o MT Fomento. O dever do INTERMAT é regularização fundiária, é medir terras, é botar teodolito no canto da propriedade, expedir um memorial descritivo com mapa, expedir um título e mandar ao cartório para registrar, essa é a nossa função hoje. O INTERMAT, hoje, só faz isso e nada mais.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Outros afazeres, outros benefícios que os senhores têm direito, que é a infraestrutura para que os senhores possam produzir, cabe, acho, tão somente ao Município e ao Estado por meio da EMPAER e da SEAF.

O INTERMAT, hoje, trabalha nessa linha. E nós... Especificamente, dos nossos 131 assentamentos, 11 situam-se no Município de Santo Antônio de Leverger. Isso representa mais de 02 mil famílias, que representam, no mínimo, 05 mil pessoas, ou um terço da população de Santo Antônio de Leverger. Hoje, é sobre essa regularização que gostaríamos que realizasse para todos os senhores.

Agora, o Estado de Mato Grosso, assim como o Brasil, vem passando por enormes dificuldades. O INTERMAT há 10 anos, o Deputado Wilson Santos sabe perfeitamente, já teve 300 servidores, o INTERMAT já teve 20 veículos próprios, o INTERMAT já teve uma grande equipe. Hoje, o INTERMAT tem 42 servidores, 08 aposentando este ano. Sobrarão 34 servidores. Imagina os senhores que o mais novo trabalhando no INTERMAT, por meio de concurso, já tem 05, 08, 10; tem servidor com 30 anos lá no INTERMAT, desses 42 servidores.

Então, nós não temos como vir até o campo, medir, fazer o trabalho técnico e expedir o título para os senhores. Infelizmente, nós não temos condições de fazer isso.

Não adianta eu vir aqui, porque é um momento bonito, e dizer: olha, nós vamos fazer, o INTERMAT quer fazer e vai fazer. Precisamos da parceria com os senhores, parceria com o Município, parceria com as associações, parceria com o sindicato, Nilton, com a FETAGRI, enfim, nós precisamos de parceiros, sobretudo parceria com os senhores que são os ocupantes dessa terra.

O que é essa parceria? Para que ela ocorra, antes de tudo, o prefeito, o Município precisa assinar com o Estado de Mato Grosso, aqui neste ato representado pelo INTERMAT, um termo de acordo, o que nós chamamos de Acordo de Cooperação Técnica, que o Município assina com o INTERMAT, e, daí para frente, os senhores, juntamente com o Município e suas associações e sindicatos, estão autorizados a fazer as medições das suas glebas, dos seus lotes e entregar para que o INTERMAT possa apenas fazer o título.

Vocês podem medir, o Município pode fazer a vistoria, pode fazer todo o procedimento e entregar para o INTERMAT, que vai apenas analisar, fazer o título e mandar para o Cartório de Registro de Imóvel.

Hoje, o INTERMAT não mais expede título e vem aqui entregar título. Nós entregamos o título lá no Cartório de Registro de Imóveis. Os senhores recebem o título dos senhores devidamente registrado, com matrícula aberta, porque aquele que não registra não é dono.

Não adianta virmos aqui e fazermos todo esse trabalho, Xiru, todo esse esforço, fazermos toda essa movimentação e expedirmos um título do qual os senhores, depois, deverão dispender de recurso para pagar ITBI, recurso para pagar o cartório que, talvez, os senhores não tenham e aí acabam não registrando; e, daqui a 05 anos, 10 anos, o problema está do mesmo tamanho ou talvez maior.

Portanto, o INTERMAT não faz mais isso. O INTERMAT entrega o título para o cartório, o cartório protocola, nos dá um protocolo, e nós informamos para que os senhores possam ir ao cartório e retirar esse título com a matrícula devidamente aberta.

É esse o nosso trabalho. Vocês fazem o trabalho de campo junto com o Município; o INTERMAT faz a análise e expede o título, entrega no cartório, os senhores vão lá e retiram. Em muitos casos, nós mesmos vamos ao cartório, retiramos aquele título, e vimos à comunidade comer uma galinha e entregar o título, quando temos esse prazo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

É o que mais gostaríamos de fazer, 11 vezes em Santo Antônio, porque são 11 projetos, são 11 glebas. Gostaríamos muito de fazer isso, visitar o município 11 vezes, mas dessa vez trazendo os títulos, numa festa maior do que esta e entregando os títulos.

Então, temos no Município de Santo Antônio de Leverger, começando por Varginha, ali são quase 700 famílias, entre urbana e rural, que dependem dos seus títulos. Ali, Deputado, aquelas famílias, parte ocupa em cima de título, que já são áreas tituladas, e o INTERMAT apenas orienta para que eles possam fazer via usucapião.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Tem alguém aqui de Varginha? Levante o braço, por gentileza. Alguém de Varginha? Ok, muito obrigado. Tem uma pessoa.

Samuel, você quer falar? Pode vir aqui à frente.

(O SR. SAMUEL RESPONDE FORA DO MICROFONE: “DEPOIS”)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Depois.

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA - Varginha continua em processo de arrecadação, estamos, então, arrecadando, estamos abrindo matrícula para que possamos titular aquelas famílias. Agora, esse trabalho foi feito, essa reunião foi feita lá, eles contrataram esse engenheiro.

Samuel, puxamos a orelha aqui dos representantes de Varginha para que puxem a orelha do engenheiro e nos entreguem os processos, porque queremos regularizar todos os produtores, todas as famílias daquela comunidade, mas precisamos que entreguem os processos para nós.

Primeiro, eles fazem o trabalho de campo, eles já fizeram o primeiro trabalho, entregou para o INTERMAT. O INTERMAT já fez a arrecadação, agora eles têm que fazer o parcelamento, eles precisam fazer isso para nós, a Varginha.

(O SR. PRESIDENTE FALA COM O ORADOR FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA - Já, o perímetro já foi feito.

Temos aí a Barra do Aricá, na Barra do Aricá ainda não foi dado início aos trabalhos. Tem alguém aqui da Barra do Aricá? Ainda não foi dado início a nenhum trabalho, é preciso que os representantes daquela comunidade procurem o INTERMAT para que possamos orientá-los a contratar um engenheiro, para que ele possa promover o trabalho de medição da gleba, o parcelamento e o georreferenciamento para podermos dar os títulos.

Lá está ainda na estaca zero, Deputado.

Barranco Alto, Barranco Alto já estivemos lá, já fizemos uma reunião, já autorizamos o engenheiro a fazer o trabalho, e ele está em trabalho de campo fazendo esse trabalho, mas ainda não entregou para o INTERMAT. Estamos aguardando, também.

Barranco Alto são 100 famílias. Cem famílias. Então, os senhores cobrem, por gentileza, o engenheiro que está fazendo, que salvo engano é o Lourenço, para que ele entregue esses trabalhos para nós - você conhece bem o pai dele.

As comunidades de Brejinho I, II e III, que ficam depois de Mimoso, lá também uma das glebas já se encontram georreferenciada e outras duas encontram-se em fase de georreferenciamento, é preciso, então, que os senhores... Há algum representante das comunidades de Brejinho? O Vereador, não é? Que cobre, então, do engenheiro para que ele termine o trabalho técnico e entregue para o INTERMAT, porque nós queremos resolver o problema de Brejinho e o INCRA precisa nos dar uma ajuda lá naquela comunidade, ouviu, Xiru? E Carlos, que é nosso Superintendente do INCRA, porque existe uma pequena incidência da gleba do INTERMAT em cima da gleba Taquaral, lá no Brejinho. Não existe nenhum problema de ocupação, lá existe só o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

problema dominial, precisa que o INCRA nos ajude a solucionar parte desse problema lá de Brejinho.

Morro Grande e Barreirinho, também já estão em fase de trabalho de campo, é preciso que os senhores, então, cobrem o engenheiro para que ele conclua os trabalhos e entregue para o INTERMAT para que nós possamos, então, promover a regularização.

Fazenda Pantanalzinho, são 84 famílias. Tem alguém aqui do Pantanalzinho?

Fazenda Pantanalzinho, Deputado, é a comunidade que nós não temos sequer a matrícula. Ali precisa começar da estaca zero, é preciso que se faça a arrecadação, que passe a gleba para o nome do Estado, para posteriormente fazer o parcelamento. É preciso, então, começar do zero lá, da mesma forma que Barra do Aricá.

Gleba Resistência, nós temos aqui os representantes da Gleba Resistência, a Dona Elza está aí. É uma gleba que se encontra com os trabalhos topográficos mais adiantados do município. Infelizmente, nós gostaríamos muito de concluir, de levar os títulos para aquelas famílias, que são sofridas, mas está *sub judice*. Existe uma pendência judicial na qual o Prefeito muito gentilmente tem ajudado, já colocou a sua advogada, a sua procuradora para acompanhar essa ação. O INTERMAT, o Estado de Mato Grosso também está ajudando a acompanhar, só que infelizmente depende do Poder Judiciário, não é do Poder Executivo, não temos como atropelar os fatos, temos que aguardar.

Mas eu peço que a comunidade procure ficar vigilante, procure o Prefeito Valdir e o Deputado Wilson Santos para que eles procurem audiências sempre que possível com a Justiça da 2ª Vara Agrária, para que se possa, então, o mais breve possível, resolver essa pendência, eu acredito, porque não é possível que ele dê um parecer desfavorável para a comunidade que ocupa terras, diga-se de passagem, terras arrecadadas pelo Estado, georreferenciadas e averbadas na matrícula.

Portanto, aquelas áreas pertencem ao Estado de Mato Grosso e aquelas pessoas que lá estão assentadas foram colocadas pelo Estado de Mato Grosso, que tem responsabilidade com elas. Só não podemos emitir o título, porque não nos compete passar por cima de decisão judicial, mas estamos ansiosos, esperando que essa decisão saia, para que possamos concluir o nosso trabalho que já está 80% pronto.

Vale do São Vicente ou Córrego do Ouro, essa talvez seja, se a Justiça demorar um pouquinho lá na Resistência, a primeira que receberá o título no Município de Santo Antônio de Leverger. Já está georreferenciada, averbada na matrícula, feito o parcelamento, entregue ao INTERMAT, estamos analisando todos os processos já para a emissão dos títulos, fazer a vistoria, emitir os títulos e mandar para o cartório. Lá são 80 famílias. É uma área total de 1.350 hectares com 80 famílias. Então, o Vale do São Vicente... Tem alguém aqui do Vale do São Vicente, Córrego do Ouro? Então, a notícia é muito boa para eles, talvez, acredito que no máximo, mês de agosto, setembro, eles estarão recebendo os seus títulos.

Ainda temos o Vale do Abençoado, que não é um assentamento propriamente dito, é uma gleba, eles estão pleiteando... Tem alguém do Vale do Abençoado aqui? Estão pleiteando uma desapropriação, também se encontra na PGE um imbróglgio que está sendo resolvido, não depende do INTERMAT e, sim, do Governo do Estado por meio da Casa Civil, para que se promova essa desapropriação e a partir daí fazermos o parcelamento.

Nós fomos recentemente procurados, salvo engano, pelo Seu Raimundo, que queria também quem intervíssemos, Deputado, numa gleba que fica lá perto do garimpo do Jatobá, ali nos fundos, nós pedimos para que ele promova os primeiros trabalhos técnicos, entregue para o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

INTERMAT o perímetro dessa área, para que nós possamos saber se é uma área devoluta ou é uma área que já foi titulada.

Sendo titulada, nós vamos orientá-los a buscar o Poder Judiciário para fazer o usucapião e, sendo área devoluta, nós vamos, nos moldes de outras glebas do município, promover a arrecadação e, em seguida, fazer a regularização, ou seja, vamos titular.

Então, eram essas as glebas que nós estamos atuando no Município de Santo Antônio de Leverger, creio que existam outras glebas no Município, outros problemas, mas que não foram levados até o INTERMAT, para que nós possamos dar início.

Colocamo-nos à disposição de todos os senhores, de todo o município, de todas as autoridades, de todos os ocupantes, de todos os pequenos agricultores do Município de Santo Antônio de Leverger, aqueles que não têm documentos, para que procurem o INTERMAT, de preferência em associação, porque o trabalho que temos de cuidar de um lote de 20 hectares, de 30 hectares, é o mesmo de tratarmos de 100 lotes, Deputado. Se tratamos com 100 famílias, vamos levar o mesmo tempo de tratar com uma.

Portanto, se os senhores nos procurar em associação, em grupos, os senhores serão mais bem recebidos e o nosso trabalho será bem aproveitado.

Nós nos colocamos à disposição para sanar alguma dúvida.

Muito obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Obrigado ao Dr. Jeovah Feliciano de Souza, Diretor de Assentamento do INTERMAT.

Agora vamos abrir a palavra para a plateia, para o público.

Neste momento as perguntas só para o INTERMAT, depois o INCRA vai falar.

Neste momento, as perguntas são para quem acabou de falar.

Com a palavra, Manoel Gila. Ele vai fazer uma pergunta para o Jeovah.

O SR. MANOEL GILA – Boa tarde a todos!

Quero agradecer a presença de todos!

Deputado, a minha procura não era nem para o Jeovah - eu sou do INCRA - queria fazer uma pergunta ao Superintendente do INCRA e ao nosso representante da Energisa. É isso que eu queria para os dois...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Então, vamos deixar para daqui a pouquinho. Eu o chamo. Tá bom?

Muito obrigado, Manoel!

Com a palavra, o Sebastião Ferreira da Silva, Presidente da Associação do Pontal do Glória. Sebastião Ferreira da Silva pode vir aqui à frente fazer a pergunta.

(O SR. SEBASTIÃO FERREIRA DA SILVA DIZ QUE FALARÁ DEPOIS).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Vamos pular.

Com a palavra o Joaquim Batista, da Bigorna. Quer fazer pergunta para o Dr. Jeovah, do INTERMAT? Não. O Samuel Moreira. Quer fazer, Samuel? Ok. Então, venha aqui, Samuel, por favor.

Vamos estabelecer um tempo para os que irão usar da palavra, para que todos possam ter acesso.

O Samuel Moreira é Presidente da União das Associações de Moradores de Assentados de Santo Antônio de Leverger.

Samuel, você tem até 5 minutos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

O SR. SAMUEL MOREIRA – Quero agradecer a presença de todos neste momento tão importante, que é buscar a forma de como chegar o título nas mãos dessas famílias tão sofridas, 20, 30 anos vimos acompanhando, desde 87, junto com o movimento social comunitário nessa defesa. Eu gostaria de agradecer a presença de todos na mesa. Mas, primeiramente, queremos agradecer a Deus por este momento, que Ele nos dê força, saúde e essa esperança de chegar o título nas mãos dessas famílias.

Mais uma vez irei repetir: já demorou muito, um assentamento com 20, 25, 30 anos é muita coisa. Aqui tem um senhor de 96 anos, ele falou para mim que ele veio aqui para receber o título dele.

Na última Audiência Pública, 07 de dezembro, eu disse aqui que não viria mais se não fosse para receber título da parte do INCRA, porque tem o Pontal, Pontal do Glória, Caeté, tem 20, 25 anos... eu falei para o João Bosco Moraes aqui. Mas, eu voltei para cobrar.

Estamos aqui, senhores presidentes, para cobrar, é um direito seus, que é possível esses órgãos expedirem esses títulos.

Quero fazer uma pergunta para o senhor, Dr. Jeovah, porque temos lá o Morro Grande, Barreirinho, acompanhamos todas essas comunidades representando a UASSAL, e muitas comunidades acreditam, vamos ser curtos e grossos, falar honestamente, muitas comunidades não acreditam.

O senhor disse aí, Pantanalzinho, nem associação quiseram. Eu estive lá 10, 15, 20 vezes e nem associação quiseram criar. Vamos trabalhar com as comunidades que querem criar associações e vão reivindicar esse projeto social coletivo que é pelo INTERMAT e INCRA, que as associações vêm batalhando.

No dia 27 de janeiro, nós fizemos 65 eleições no município inteirinho, toda renovada, com gás, com vontade, para trabalhar em cima desse título que é tão sonhado tê-lo na mão para valorizar a família, a sua propriedade, e buscar dividendos para melhorar o dia a dia da família.

Dr. Jeovah, no Morro Grande, no Barreirinho e no Mimoso tem título, só que veio no rodapé: “Quem não registrar dez anos perde a validade”.

No Morro Grande e Barreirinho, a Diretoria, na outra administração, autorizou: retifica a área, formata as peças técnicas e nos protocola.

Ultimamente Mimoso formou a diretoria, tivemos lá cinco, seis, sete vezes, formou a diretoria. Nós já fomos lá e eles saíram duvidosos e eu também, porque aí o senhor, junto ao Presidente, disse: “Junte todos os títulos de Mimoso e nós vamos retificar esses títulos e autorizar a fazer os registros cartoriais.” Não foi feito, porque tinham que pagar e era caro. Mas aí ficou a dúvida, Morro Grande e Barreirinho tem título e o senhor disse – e o Presidente também, foi na reunião in loco - “Vocês retifiquem a área e nós vamos, com esse título, isentar conforme o projeto social coletivo.” Já no Mimoso, o senhor mandou juntar os títulos e levar! Vai ter que fazer a retificação igual ao Morro Grande ou juntamos os títulos de todos e levamos para registrar? Eu quero fazer essa pergunta, porque os presidentes estão com dúvida, como é que ele vai falar lá.

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – Barreirinho. E qual é a outra?

O SR. SAMUEL MOREIRA – Barreirinho e Morro Grande têm títulos, mas veio no rodapé dez anos, porque eles receberam lá em 2000, em 1998 e a mesma coisa Mimoso. Então, venceu, não fez o registro por falta de recurso às famílias. E aí eles acham que perderam o título.

O Presidente Serafim, junto com o senhor, naquele dia que estivemos lá com vinte e poucos presidentes, confirmou: não tem perda de validade. Junte todos os títulos de Mimoso, que não foram registrados e entreguem para nós, que nós iremos autorizar o registro. Essa é a pergunta.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

No Morro Grande foi autorizado, Barreirinho, a região de Pedra Branca, Carandau. São 275 títulos! Há necessidade de se fazer a retificação da área. Beleza! Está fazendo! Já terminou, mas só 100 entraram. Os demais não quiseram entrar. Disseram que não acreditam. Foi por isso que eu falei para o senhor: não acreditam.

Mimoso parece que tem 372 títulos. Ainda, não fecharam o levantamento lá. O senhor pediu somente: “A associação arrecada todos esses títulos, faz uma lista, põe num envelope de 100 em 100 e entrega para nós.”. Eu quero tirar essa dúvida, porque tenho que levar em outros lugares.

O.K?

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – *O.K*, seo Samuel”

A pergunta do Samuel é muito importante, neste momento.

Um título uma vez expedido tem fé pública. Ele não vence. Não existe vencimento de título. Ele é de *ad eternum*. O Estado expediu, se ele foi expedido regularmente, sem nenhuma fraude, sem nada, de forma regular, a validade dele é eterna. Se não foi levado ao registro, ele pode ser levado a qualquer momento. Agora, o fato é: a partir do advento da lei do georreferenciamento, que é a Lei nº 10.267, os títulos que deveriam ter sido registrados, àquela época e não foram, hoje, demandam do georreferenciamento, da matrícula da gleba, para que possam receber seu registro individual.

Portanto, temos que fazer o geo do perímetro daquela matrícula-mãe e todos os títulos expedidos serão registrados. Todos! Sem exceção! Nenhum título expedido, regularmente pelo INTERMAT, perdeu a validade e jamais perderá, a menos que tenha havido fraude. Provavelmente, esse não é o caso, porque não existe nenhuma denúncia de fraude contra esses títulos.

Portanto, Samuel, fique tranquilo! Qualquer comunidade, seja um título ou 500 títulos, o INTERMAT expediu o título ele tem validade. Vocês entregarão esses títulos e nós vamos... Vocês podem ir direto ao cartório, sem problema nenhum. Agora, como lá no título tem: “É obrigatória a apresentação da guia de recolhimento do ITBI, quem não registra não é dono. Então, o cartório não poderá registrar esse título sem uma ressalva do Estado, do INTERMAT. Por quê? Porque, ainda, não existia a lei do primeiro registro que era gratuita. Mas não é porque esse título foi expedido há 10 ou 15 anos que ele não pode ser beneficiado. A lei diz: primeiro registro. Se ele não foi registrado, ele receberá o primeiro registro. Portanto, em vigor sobre a lei do registro público que, hoje, está vigorando, que merece a gratuidade do primeiro registro. Para isso os senhores têm que levar todos esses títulos ao INTERMAT para que possamos fazer a ressalva e dizer que são isentos do recolhimento de ITBI e Emolumentos Cartoriais, conforme art. 290-A da Lei 6.015, assim e assim por diante. Se não tiver isso, o Prefeito, também, não pode abrir mão do ITBI, porque, senão, ele estará abrindo mão de receita e isso é crime. O Prefeito não pode fazer! É preferível, então, que primeiro o INTERMAT faça a ressalva e mande os títulos para o cartório. É por isso que os senhores devem entregar no INTERMAT.

Agora, eu pediria aos senhores, é um direito que vocês têm de chegar lá e entregar como título, mas o INTERMAT não tem esses servidores para receber um título todos os dias: um às 9h, outro às 10h e outro ao meio dia. Toda hora vai chegar gente lá para entregar título. Nós nem temos servidores para isso. Se os senhores chegarem lá com cem títulos, não passarão nem pelo protocolo. Vocês vão entregar direto na minha diretoria onde nós temos uma equipe especializada para atender o pequeno produtor, o pequeno que sai da zona rural e que tem um tratamento especial. Vocês chegarão lá direto, vamos analisar, vamos descer com os senhores e vamos lá protocolar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Nós só não podemos fazer isso, Deputado, de um a um, porque nós não temos gente para isso. Gostaríamos, mas nós não temos.

Então, os títulos de todos os assentamentos estão em plena validade. É só nos procurarem para isso.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – O.K!

Eu quero chamar, agora...

O SR. SAMUEL MOREIRA – Deputado, só para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Samuel, eu vou lhe deixar para depois, porque tem quem veio de longe e quer fazer pergunta.

Você fica como primeiro para a segunda rodada.

O SR. SAMUEL MOREIRA – Não, eu falo com ele fora.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Iraci Gomes Padilha, moradora do Moqué, quer usar da palavra? (PAUSA)

Por favor, Iraci!

Depois, teremos o Djalma Romeiro como próximo inscrito. Vamos tentar ouvir a todos.

A Iraci Gomes Padilha é moradora da comunidade do Moqué.

Pode vir aqui à frente, faça o favor!

Depois da senhora falará o Djalma Romeiro.

Com a palavra, a Sr^a Iraci Gomes Padilha.

A SR^a IRACI GOMES PADILHA – Eu quero fazer uma pergunta.

A região onde eu moro é o sítio perto da Agrovila, lá no Moqué, e tinha que regularizar para fazer o CAR. Como o meu sogro já é falecido, meu esposo mora lá desde que nasceu é tipo usucapião que colocaram. Eu já fui ao INTERMAT com o meu esposo o ano passado e falaram que está em andamento.

Eu quero saber se o título sair será concluído com os posseiros ou é individual?

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – O nome da senhora é?

A SR^a IRACI GOMES PADILHA – Iraci Gomes!

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – Iraci, qual é a comunidade da senhora? Eu não entendi!

A SR^a IRACI GOMES PADILHA – Moqué.

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – Mas Moqué não está na nossa relação como Moqué. Fica dentro de algum desses assentamentos nossos?

A SR^a IRACI GOMES PADILHA – Fica entre a Gleba Resistência. Perto da Gleba Resistência.

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – Fica dentro da Gleba Resistência?

A SR^a IRACI GOMES PADILHA – São 90 hectares lá. Não...

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – Então, não é nem da Resistência, mas seria da Agrovila?

A SR^a IRACI GOMES PADILHA – É! Faz mais parte da Agrovila.

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – Da Agrovila. Certo! Mas já falaram para a senhora que a área é devoluta ou não?

A SR^a IRACI GOMES PADILHA – Sim! É porque é de pai para filho, de avô para o filho.

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – Vocês são quantas famílias lá?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

A SRª IRACI GOMES PADILHA – É só meu esposo, a minha família lá.

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – Então, é um processo individual?

A SRª IRACI GOMES PADILHA – É um processo individual.

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – Não é coletivo? Certo!

A SRª IRACI GOMES PADILHA – É por isso que eu queria saber.

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – Mas a senhora já tem um processo no INTERMAT?

A SRª IRACI GOMES PADILHA – Tem! Nós fomos lá. Eu fui lá ano passado com o meu esposo e falaram que está em andamento. Então, é ele que vai... É legitimação de posse que fala.

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – Legitimação de posse isso.

A SRª IRACI GOMES PADILHA – Ele é único filho! Tem duas irmãs, mas as duas irmãs dele falaram assim: “Olha, Luiz, se for para você resolver, tem que resolver o documento. Então, você pode fazer lá que eu concordo.”

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – Certo!

Dona Iraci, a senhora, por gentileza, tem o número do processo ou não?

A SRª IRACI GOMES PADILHA – Sim!

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – A senhora passa para o Dr. Cássio que está aí.

Cássio, pegue o número do processo dela, porque é individual...

Com o Dr. Cássio!

Pode pegar o número do processo dela. Chegando lá tomaremos providência imediata e veremos o andamento para a senhora.

Gente, pegando o gancho, a respeito do CAR...

O INTERMAT não trata do CAR. Seria só a SEMA. Agora, mais importante do que o CAR é os senhores terem o título, porque a partir do título os senhores mesmos farão o CAR. Qualquer um de vocês, o vizinho, a EMPAER, qualquer pessoa, contador, qualquer um pode fazer o CAR, porque ele é declaratório, a partir das coordenadas que constarem no título.

Mandam os senhores fazer o CAR, mas os senhores não têm título! Procurem fazer primeiro o título que, talvez, custe mais barato para os senhores do que o CAR, porque a partir do título os senhores têm tudo nas mãos.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Vejam como é importante a Audiência Pública. Como é importante trazer as autoridades aqui.

Com a palavra, o Djalma Romero, proprietário rural.

Depois, o Valdivino Mendes de Souza é o próximo inscrito.

Com a palavra, o Sr. Djalma Romero.

O SR. DJALMA ROMERO – Boa tarde a todos!

Primeiramente, quero agradecer a presença de vocês.

A Audiência Pública é fundamental para esclarecer algumas questões, principalmente, relacionadas à reforma agrária, à regularização fundiária, que é o que a maioria aqui precisa, porque são produtores rurais que precisam para produzir, para gerar riqueza e, finalmente, também, para trazer um pouco mais de cidadania para todas essas famílias.

Deputado, o senhor começou o seu discurso falando de insistência. E insistência é o que essas famílias têm; é o que as pessoas que ocupam esta região possuem.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

O representante do INTERMAT falou no seu discurso, também, de algumas glebas que têm problemas, que as peças técnicas estão fora, não estão de acordo; outras regiões estão com problemas judiciais, algumas glebas estão com problemas judiciais.

Eu estou trazendo aqui a questão da regularização do Sr. Juarez Belmonte, da Fazenda Belmonte. Esse processo dura 18 anos no INTERMAT. Não possui qualquer questão judicial que atrapalhe. Não possui nenhuma questão técnica. O próprio INTERMAT fez uma Certidão, declarando que todas as peças técnicas passaram por auditoria e estão devidamente regularizadas dentro das normas do INCRA.

Nós temos aqui, também, uma questão de que esse imóvel já foi arrecadado, já possui matrícula.

Eu estou dando exemplo deste imóvel, senhores, que é já foi arrecadado, já tem matrícula, já têm peças técnicas, de acordo com as normas que o INTERMAT e o INCRA exigem, e queremos saber, todos querem saber, quando as peças técnicas estão tudo bem; quando já existe matrícula; quando não há nenhuma questão judicial que atrapalhe o imóvel, por que demora tanto assim para expedir? Dezoito anos é uma vida, não são dezoito meses!

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – Djalma, o seu questionamento é muito importante.

Quantos hectares é a área do Sr. Belmonte?

O SR. DJALMA ROMERO – 236.

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – 236.

Essa é uma área que o rito dela nada justifica 18 anos - quero abrir um parêntese aí – porque um processo desse não deveria durar mais do que dois anos. Certo? Mas é um rito um pouco diferenciado.

A partir desse momento que ele já se encontra nessa fase, será enviado à Assembleia Legislativa para receber a autorização, porque todas as áreas acima de cem hectares - a União não depende, o INCRA não depende disso, mas o INTERMAT depende da Assembleia Legislativa autorizar, através de uma Resolução, a regularização dessa área.

Portanto, essa área, provavelmente, deve estar nessa fase de ser enviada à Assembleia Legislativa.

Eu não creio que a Assembleia Legislativa, Deputado, demore muito para fazer essas análises.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Eu vou deixar o meu telefone com você, Djalma. Procure-me. A partir da porta da Assembleia Legislativa para dentro, vou dar todas as informações a você.

Eu vou deixar depois o meu telefone com você. Pode me procurar na segunda-feira. Amanhã, não, porque vou a Vila Bela da Santíssima Trindade. Mas, na segunda-feira estarei na Assembleia Legislativa. Mande alguém me procurar. Se eu estiver na Assembleia, vou dar as informações atualizadas.

Vamos fazer andar isso lá.

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – É provável que ainda não esteja na Assembleia Legislativa. Mas, a próxima fase dele é mandar à Assembleia Legislativa.

Eu pediria desculpas, Djalma, em nome do INTERMAT, porque isso não pode ocorrer neste governo. No Governo Pedro Taques já não vinha mais acontecendo isso, já vínhamos dando prioridade, principalmente, para os pequenos, porque só no ano passado expedimos 600 títulos para os pequenos, coisa que não acontecia em outros governos. Mas este Governo também

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

tem pedido prioridade absoluta na regularização e estamos andando; estamos recebendo novos servidores e tenho certeza que o senhor receberá uma resposta imediata desse seu processo. E ele estando regular, pode estar certo que até o meio do ano - é claro, depende da Assembleia Legislativa - o Sr. Belmont receberá o título dele.

Por gentileza, passa o número do processo para o Dr. Cássio. Nós vamos dar um tratamento muito especial nessa sua questão.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Mais alguma pergunta?

O SR. DJALMA ROMERO – Não. Só isso.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado ao Djalma.

É isso aí, pessoal! Por isso, é importante trazer as autoridades aqui. Às vezes, a coisa é simples, mas, às vezes, é complexa. Dezoito anos, uma área pequenininha, 236 hectares, começa no INTERMAT e vai para Assembleia Legislativa. Estão aqui os dois: o INTERMAT está aqui e a Assembleia está aqui. Na semana que vem iremos colocar isso aí em pratos limpos.

Com a palavra, o Sr. Valdivino Mendes de Souza, morador da Comunidade Águas Claras.

O SR. VALDEVINO MENDES DE SOUZA – Boa tarde a todos!

O meu nome é Valdivino Mendes de Souza. Sou da Comunidade Águas Claras.

Quero fazer um pedido para o Deputado: lá na minha comunidade, daqui a São Vicente são 40 quilômetros, estamos com um problema na ponte do Rio Formiga e eu queria pedir para o senhor - se puder - dar uma força, junto ao Prefeito, para fazer essa ponte. É uma ligação que fica mais perto para transitarmos para Jaciara, para Campo Verde, para qualquer lugar. Da minha casa lá são 20 quilômetros de São Vicente; para fazer esse contorno para cá dá quase 100 quilômetros na estrada para rodar.

Quero dizer para ao Diretor do INTERMAT que fizemos as medições das terras, sete pessoas, e estamos sem receber os títulos. Já procuramos no INTERMAT, mas não temos a solução. Conversei com o moço ali, e ele falou para eu ligar que depois vai me dar a resposta certa.

No mais, muito obrigado.

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – Sr. Valdevino, pode ficar aí, por gentileza.

Lá, vocês são sete famílias?

O SR. VALDEVINO MENDES DE SOUZA – Sete famílias.

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – Mas a propriedade não tem documento.

O SR. VALDEVINO MENDES DE SOUZA – Não tem documento.

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – Qual é o tamanho, em média, da área de ocupação de vocês?

O SR. VALDEVINO MENDES DE SOUZA – São cinquenta hectares. Mas o meu é tirado diferente do meu irmão, são só doze hectares.

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – Quer dizer, cinquenta hectares dividindo para sete famílias.

O SR. VALDEVINO MENDES DE SOUZA – Não! Os outros seis são cinquenta hectares. Só o meu que são doze hectares.

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – Do senhor são doze e dos outros são cinquenta. Certo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

O SR. VALDEVINO MENDES DE SOUZA – É.

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – Trezentos e doze hectares. Mas já existe um processo dentro do INTERMAT?

O SR. VALDEVINO MENDES DE SOUZA – Já! Está tudo medido. A terra está toda medida, está protocolada...

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – Já está protocolado.

O SR. VALDEVINO MENDES DE SOUZA – Está.

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – O senhor tem o número do protocolo aí ou não?

O SR. VALDEVINO MENDES DE SOUZA – Tenho. Está com o rapaz aí.

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – Já passou?

O SR. VALDEVINO MENDES DE SOUZA – Já passou.

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – O.K! Nós vamos tratar com muito carinho.

O SR. VALDEVINO MENDES DE SOUZA – Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Sr. Valdevino, nós vamos encaminhar essa sua reclamação para o Prefeito Valdir.

O SR. VALDEVINO MENDES DE SOUZA – Sim, senhor!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – O Vereador Ugo Padilha está aqui. Vereador, quer falar sobre o assunto?

O SR. UGO DA CONCEIÇÃO PADILHA – Sr. Valdevino, nós conhecemos Águas Claras. Fizemos indicações para o Prefeito e estamos aguardando a boa vontade dele. Tem que ser atendidas todas as comunidades. independente de ter votado ou não. Ele é Prefeito do Município, tem que atender o Município.

Nós estamos lá na Câmara à disposição de todos os senhores.

O SR. VALDEVINO MENDES DE SOUZA – Legal!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado, Sr. Valdevino, pelo senhor ter vindo aqui!

Ademilce Lima de Souza, moradora da Comunidade Ribeirão da Estiva.

A SRª ADEMILCE LIMA DE SOUZA – Boa tarde a todos!

Eu moro na comunidade, cheguei agora lá, onde moram quase cem pessoas ou mais e não temos urna. A urna foi mudada para cá. Queremos reivindicar para lá de novo, porque mudou a Presidente da associação de lá. Agora nós queremos para lá...

Quero também saber dos policiais...

(O SR. PRESIDENTE DIALOGA COM A ORADORA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

A SRª ADEMILCE LIMA DE SOUZA – Que tinha antes era oitenta e seis, agora tem muito mais. Aí eu quero saber disso aí.

Quero também mais policiamento lá, porque quando acontece alguma coisa, ligamos e depois de três a quatro horas que vai aparecer. Queremos reivindicar policiamento pelo menos duas vezes na semana...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Ribeirão da Estiva?

A SRª ADEMILCE LIMA DE SOUZA – Ribeirão da Estiva. Tanto é que falaram da Gleba e não falaram do Ribeirão da Estiva, que sempre está esquecido. Por quê? Por que a urna não está lá. Se tem urna no local, tem o que falar sobre ele.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Você quer dizer que já teve urna lá?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

A SR^a ADEMILCE LIMA DE SOUZA – Já teve urna...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Aí trouxeram para a Agrovila?

A SR^a ADEMILCE LIMA DE SOUZA – Transferiram para a Agrovila.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – E a senhora está reivindicando que retorne porque agora aumentou o número de eleitorado.

A SR^a ADEMILCE LIMA DE SOUZA – Aumentou e tem centro comunitário com banheiro, tem local e tem condições de ter uma urna.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Está certo. Está registrado aqui. Farei as reivindicações. Ok?

A SR^a ADEMILCE LIMA DE SOUZA – Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Eu que agradeço a dona Ademilce Lima de Souza, da Comunidade Ribeirão da Estiva.

Vamos ouvir agora o Professor Marcos Gattass.

(O SR. MARCOS GATTASS GESTICULA NEGATIVAMENTE.)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – O Marcos Gattass abre mão da fala neste momento.

Com a palavra o Sr. Wilson Aquino Junior.

Tem alguma pergunta para o INTERMAT, Wilson Aquino Júnior, Presidente da Associação Ribeirão do Glória? (PAUSA) Não.

Rogério Major, Assessor Pedagógico, alguma pergunta? Também pula.

Márcio Martins, do Vale Abençoado, por favor, venha a frente. O Vale Abençoado irá perguntar ao Dr. Jeovah.

O SR. MÁRCIO MARTINS – Boa tarde a todos!

Na verdade, primeiramente, gostaria de fazer um esclarecimento acerca da realidade da Comunidade do Vale Abençoado e após um pedido aos membros da comissão.

A comunidade está instalada desde outubro de 96, se submeteu a um processo judicial de reintegração de posse que transitou em julgado e, com a ajuda de alguns deputados, conseguimos, na gestão do ex-Governador Silval Barbosa, que a área fosse declarada de interesse social para fins de regularização fundiária.

É uma área de um 610 mil hectares e hoje tem 77 famílias instaladas lá morando e produzindo.

A área foi declarada de interesse social na gestão Silval Barbosa, como eu disse, só que o decreto caducou e a desapropriação não foi efetivada.

Após um esforço grande da associação junto à classe política, conseguimos, na gestão do governador Pedro Taques, reeditar esse decreto, a área foi georreferenciada e, graças à boa vontade e boa disposição do Superintendente presente, o Xiru, conseguimos que a área fosse avaliada e hoje está dependendo só do governo do Estado indenizar a outra parte.

O grande problema que estamos sofrendo é que o decreto de desapropriação caduca agora no dia 02 de maio e o Governador do Estado afirmou que, face ao estado de calamidade pública financeira, no momento ele não tem condição de indenizar a outra parte.

O nosso processo está em segunda instância com a Dr^a Clarice Clarindo da Silva, ela deu um prazo de 120 dias para que o Estado efetive a devida indenização, sob pena de despejar a comunidade.

A área foi avaliada pelo INCRA pela importância de 2 milhões e 131 mil - 2 milhões.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Só que tem um detalhe: a área, como eu disse, que a comunidade toda ocupa é de 1.610 hectares, só que o que deve ser indenizado é um pouco menor.

O Diretor do INCRA, Dr. Jeovah, tem conhecimento disso, inclusive o Dr. Alexandre, Procurador do Estado, que está coordenando o processo de desapropriação, já pediu que fosse retificado o perímetro da área.

Acredito que o INTERMAT já está tomando essa providência e essa área que deve ser efetivamente desapropriada vai reduzir para 1.115 hectares.

Então, acreditamos que vai ficar um valor bem menor do que esses 2 milhões e 131 mil.

Nós pedimos, em nome da comunidade, que a classe política, Deputado Wilson Santos, faça uma gestão, constitua uma força-tarefa e faça gestão junto ao Governador do Estado para que o Governador do Estado se manifeste formalmente perante o Tribunal de Justiça para protelar ou prorrogar o prazo de validade do Decreto, estabelecendo um prazo para proceder a devida indenização, sob pena de a comunidade ser despejada.

São 77 famílias que estão há mais de 23 anos trabalhando e produzindo.

Temos crianças que nasceram lá e hoje estão concluindo o curso de agronomia na Universidade Federal.

É uma comunidade produtiva, plenamente estabelecida e que deve ter o respeito e o carinho das autoridades constituídas.

Eu peço aos representantes do Governo, peço em nome da comunidade, que seja olhada com carinho essa situação crítica que a comunidade está passando.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado, Márcio!

Qual Deputado tem atuado lá?

O SR. MÁRCIO MARTINS – É o Deputado Eduardo Botelho...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Ok!

O SR. MÁRCIO MARTINS – Vale a pena enfatizar que para que o Decreto fosse reeditado na gestão do Pedro Taques houve um trabalho dos Deputados Zé Domingos Fraga, Oscar Bezerra, Pedro Satélite e Nininho. Quer dizer, foi realizada uma força-tarefa de Deputados para que o decreto fosse reeditado. Só que, infelizmente, o governo Pedro Taques não efetivou a desapropriação, jogou a bomba para este governo que está aqui, que, diante da situação calamitosa em que está o Estado, financeiramente falando, está impossibilitado de efetuar a indenização. Só que, se não efetuar a indenização, seremos fatalmente despejados.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Ok.

Irei procurar os outros colegas Deputados Botelho e Nininho, Zé Domingos e Oscar Bezerra não são mais deputados, mas irei tratar desse assunto na semana que vem.

Próximo inscrito é o Neco. O Neco é suplente de vereador do Município de Santo Antônio de Leverger e morador da Comunidade.

O SR. MANOEL VILMAR DA CRUZ (NECO) – Primeiramente, quero agradecer a Deus pela oportunidade.

Em nome do Padre João Vitor, cumprimento todos os componentes da mesa.

Quero perguntar para o Dr. Jeovah. É simples a pergunta, doutor.

Distribuindo documentos e convidando para a Audiência Pública, encontramos dentro da Agrovila, dentro da área urbana, pessoas dizendo palavras positivas que ouviu do senhor que teria que pagar o geo, a escritura e, por cima, assustando as pessoas que não participassem que teriam também que pagar a terra, o lote.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Eu queria que o senhor desse a resposta, não para mim, mas para todo mundo que me fez essa pergunta.

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – Deixe-me só entender a pergunta. O comentário é que... Por favor.

O SR. MANOEL VILMAR DA CRUZ (NECO) – O pessoal teria que, depois de tudo feito, o documento, inclusive pagar a terra, os lotes que estão ocupando.

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – Isso seria de áreas da Agrovila?

O SR. MANOEL VILMAR DA CRUZ (NECO) – Área urbana. Área da Agrovila.

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – Vereador, a questão de gratuidade e onerosidade nos documentos expedidos pelo Estado, isso vai da vistoria. Por exemplo, todas as áreas de até 100 hectares são passíveis de serem expedidos títulos gratuitamente. Todas. Sem exceção.

Quais seriam as exceções? Se o cidadão ocupa uma área de 10 hectares - vamos falar primeiro da parte rural, depois falamos da urbana -, o cidadão ocupa uma área de 2, 10, 99 hectares, ele vive exclusivamente ou tem a receita, na sua maioria, provinda do seu imóvel, o seu sustento daquele imóvel, ele receberá o título gratuito, não pagará a terra, registro, nem recolher ITBI. Ele vai pagar, inicialmente, só a medição da terra, porque o INTERMAT hoje não reúne condições para fazer isso.

Agora, se esse cidadão tem outras fontes de renda, se ele é um comerciante, um bancário aposentado, um servidor público aposentado, enfim, se ele tem outra renda; mas, se ele já fez jus àquela ocupação, se a ocupação dele é pacífica, é mansa, ele não tem nenhuma oposição; ele, sim, vai pagar o ITBI, vai pagar também a pauta da terra.

Porque, aí, não cabe ao Jeovah, não cabe ao INTERMAT, não cabe à Assembleia Legislativa fazer a gratuidade. Isso vem da lei. Se ele não se enquadrar nos critérios da reforma agrária, portanto ele teria que... De acordo com a legislação estadual, o INCRA tem um critério diferenciado nosso; mas, de acordo com o art. 327 da Constituição Estadual, ele tem que pagar pela pauta dessa terra.

Ele vai ser regularizado, vai receber o imóvel. Ele não vai ter problema nenhum para dizer: “Olha, mas eu sou professor, eu não posso ficar na terra.”. Pode, sim, ele só não vai poder receber a gratuidade dessa terra. Certo? Agora, na parte urbana, funciona da mesma forma, qualquer cidadão...

Nós vamos fazer regularização aqui na Agrovila, vamos arrecadar, vamos abrir matrícula, vamos destacar a parte urbana, vamos aprovar o loteamento e vamos dar o título de cada lotezinho, da Quadra 10, Lote 05. Se o cidadão que mora no Lote 05 da Quadra 10 é um cidadão de baixa renda, vai receber o lote gratuito, não vai pagar ITBI e não vai pagar registro.

Agora, o cidadão que tem um supermercado aqui dentro da Agrovila, ele tem lá um lote de 500 metros quadrados, onde tem o seu barracão, ele explora um comércio, ele tem um CNPJ, então o Estado... De acordo com a lei, não é a vontade do INTERMAT e nem da Assembleia Legislativa, ele não é um cidadão que se enquadra no benefício social.

Portanto, ele vai pagar pelo metro quadrado desse lote que ele vai receber, vai pagar o ITBI e vai pagar o cartório também. Certo? Mas aquele que se enquadra com a gratuidade, pelo benefício, pela regularização social, todos receberão gratuitamente.

Apenas aqueles que realmente não se enquadram. Certo?

O SR. MANOEL VILMAR DA CRUZ (NECO) – Certo!

Obrigado pelas explicações. Com certeza mais de 90% vão se enquadrar no que o senhor falou aí.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito bom, Neco.

Agradecemos o Neco da Bandeirantes.

O último inscrito para questionar o Diretor do INTERMAT, porque ele vai ter que voltar para Cuiabá, e nós ficaremos com o Xiru, do INCRA, é o Genildo Luiz, lá do Taquaral.

Genildo, por favor, com a palavra.

O SR. GENILDO LUIZ – Boa tarde a todos!

A minha pergunta é rápida e objetiva.

Eu moro em uma comunidade próxima de Santana do Taquaral, entre Agrovila das Palmeiras e Taquaral, Santana do Buritizal, e aquela área o pessoal fala que não é, vamos dizer assim, uma área devoluta da fazenda e não é do INTERMAT.

O senhor estava explicando ainda agora há pouco... Qual seria o procedimento para sabermos – lá tem 47 famílias – se essa área é do INTERMAT, ou qual é o procedimento correto para tentarmos fazer a regularização.

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – Genildo, então, vocês estão fora do Assentamento Santana do Taquaral do INCRA, não é? E nem está no Brejinho do INTERMAT também? Está fora dos dois, não é isso? O primeiro passo, vocês vão delimitar esse perímetro, ou seja, vão contratar um engenheiro credenciado no INTERMAT e no INCRA.

Ele precisa ser credenciado no INCRA, porque ele tem que fazer o georreferenciamento dessa área, portanto ele precisa estar credenciado no INCRA e tem que ser credenciado no INTERMAT, porque ele vai fazer um trabalho que deveria ser feito pelos técnicos do INTERMAT. Então, ele tem que estar credenciado.

Ele levará para nós o perímetro da ocupação dos senhores. Essa primeira fase, Genildo, não é o parcelamento, não é a sua ocupação. Certo? É a ocupação de todos em comum. O senhor não precisa dizer aqui mora o José, o Antônio ou o Genildo. Você vai dizer: “O perímetro das 47 famílias é este, nós ocupamos esses 200 hectares, por exemplo, nós ocupamos esses 200 hectares e queremos saber a quem pertence essa terra”.

Irá nos entregar esse documento, vamos colocar na base cadastral e vamos dizer: “Genildo, aqui é uma área que está inserida dentro do PA Taquaral; ou vamos dizer: está inserida dentro do Brejinho; ou vamos dizer: aqui é uma área devoluta da qual iremos arrecadar e vamos titular os senhores; ou vamos dizer: aqui está em cima de um título que o cidadão já carregou e está usando lá em Jaciara”.

Acontece muito isso, a pessoa desloca o título. Quando ele não tem a posse, ele tem um título, ele não tem posse, ele ocupa, acha outra posse desocupada, ou compra uma posse em outro lugar, leva e põe aquele título lá, mas isso é passageiro; porque, na hora que ele precisar de uma certidão, esse título tem que voltar para a origem, porque título não anda, quem anda são as pessoas.

Se for uma área que já tem um título, que o Estado já expediu um título, vamos orientá-los, dizer: “Olha, aqui trata-se de uma situação que já está constituída juridicamente, os senhores vão procurar fazer usucapião.”. Vocês irão receber essa orientação por escrito do INTERMAT. Ou vamos dizer: “Aqui é uma terra devoluta da qual vamos arrecadar e titular os senhores; ou aqui já pertence ao INCRA, vocês procurem o INCRA”, vamos dizer com essa informação.

O primeiro passo é contratar um engenheiro para fazer esse trabalho.

O SR. GENILDO LUIZ – Esse trabalho é o georreferenciamento?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – Exatamente.

O SR. GENILDO LUIZ – Muito obrigado.

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA – Não precisa CAR, nem nada, esse é um trabalho topográfico da ocupação.

O SR. GENILDO LUIZ – Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Vamos ouvir agora o Souza, líder da Comunidade Serrana.

Com a palavra, o Sr. Souza, que é o último inscrito para falar com o INTERMAT.

O SR. SOUZA – Boa tarde a todos!

Em nome do Deputado Wilson Santos, eu cumprimento todas as autoridades presentes.

Estou participando da terceira Audiência Pública aqui na Agrovila das Palmeiras, por meio do Deputado Wilson Santos, um trabalho muito bem feito, que mobiliza todas as comunidades da Baixada Cuiabana para resolver o problema da regularização fundiária das terras onde nós vivemos e moramos.

A Comunidade Serrana, Dr. Jeovah, o senhor sabe muito bem disso, nós tivemos aquele trabalho de levantamento lá, inclusive com apoio da assessoria do Deputado Wilson Santos, e lá foi levantado todo teor da nossa área de 1904 para cá, finalizando, lá não tem... Até a suposta matrícula de 1.089 hectares não tem, não existe, ela é voadora.

Nós tivemos aquele trabalho com o senhor e com o Dr. Demilson, ano passado, foi muito bem feito, mas a Comunidade Serrana, hoje, é composta de 210 famílias morando lá, sobrevivendo.

Nessa briga judicial de 2010 para cá com o suposto dono, o espólio de Gabriel de Matos Müller vem brigando conosco no Tribunal; porque, segundo eles, há uma matrícula de 1.089 hectares, mas depois eles estão mudando, porque estão brigando pela posse conosco. Eles estão brigando, porque a posse deles é mais velha do que a nossa, nós temos 20 anos lá.

Agora, o que é que acontece? Nós tivemos uma audiência no Tribunal com a Desembargadora Maria Helena Póvoas, com eles e conosco presentes na sala dela, ficou estabelecido assim: eles querem fazer um acordo conosco, querem vender para nós a terra. Tudo bem! A Dr^a Maria Helena Póvoas falou: “Formule a sua proposta, que eles também formularão a proposta deles para sentar e ver o que vai fazer.” Tudo bem!

Eles formularam, nós pegamos cópia e a nossa assessoria jurídica, que nós temos, veio aqui na Associação, fizemos uma reunião, elaboramos a nossa proposta, documentamos e protocolamos no Tribunal.

A Dr^a Maria Helena ainda não leu, ainda não deu vista nesse processo, não definiu nada ainda, porém nós temos um companheiro na nossa região que titulóu 96 hectares, e ele puxou do Estado, da mesma área que nós estamos morando lá. Entendeu? Então, como nós temos certeza que a área é devoluta, até porque esse companheiro puxou, ele regularizou 96 hectares, e puxando do Estado... É lógico que nós também estamos nesse mesmo direito. Como é que vamos comprar uma terra, um pedaço de terra, pagar para outras pessoas, sendo que é o Estado que tem que nos titular? Entendeu?

Eu queria que as autoridades verificassem bem esse caso aí, porque estamos ainda com essa questão judicial no tribunal, até porque tem uma liminar que foi suspensa mediante esse acordo, esse pré-acordo, esse acordo não foi definido. A Dr^a Maria Helena Póvoas vai analisar e depois fazer outra audiência conosco, para podermos sentar com eles e definir a situação do nosso

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

processo. Até porque também, segundo o que ela falou, ela pediu para eles o georreferenciamento e a localização da área, porque nesse sentido eles vão “amarrar o burro deles num pau podre”, porque eles não vão conseguir fazer.

No documento que o INTERMAT já passou para nós, Deputado Wilson Santos, foi constatado que a terra é devoluta, a matrícula que eles têm em cima não existe, não é daqui, entendeu? Então, é só essa ressalva que eu quero fazer aqui. Agradeço a presença de todos.

Pessoal da Serrana, levantem a mão aí... (PARTICIPANTES LEVANTAM AS MÃOS). Veio pouca gente, porque está chovendo muito. Eu coloquei o pessoal no caminhão, veio perdendo um pouco de gente para trás, ainda deve estar vindo a pé, caiu do caminhão, não sei, porque aqui tem muito buraco.

Muito obrigado, vamos contar muito com seu apoio, Dr. João, lá no INTERMAT, Deputado Wilson Santos, para resolver o nosso problema. Ok? É só isso.

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA - Sr. Souza, nós aprendemos desde menino, isso vem de bisavô para avô, de pai para nós: às vezes, um mau acordo é melhor do que uma grande briga, uma boa briga. Se os senhores comprarem aquele título, os senhores estarão apenas - e tão somente - pagando para não brigar mais. Correto? Seria um acordo possessório, porque o título que vocês irão adquirir não tem nenhuma validade para o Estado de Mato Grosso, visto que ele não é reconhecido pelo Estado; trata-se de uma área devoluta.

Agora, vocês têm uma briga possessória, e para regularizarmos para os senhores, dependemos do trânsito em julgado, da ocupação possessória, que é o mesmo caso da Gleba Resistência, mas a fase da Gleba Resistência está há anos na frente da Serrana. Por quê? Porque lá nós arrecadamos, já abrimos matrícula, já fizemos o geo e já averbamos na matrícula, e já fizemos o parcelamento. Só falta expedir o título, é o que acontecerá com os senhores.

Agora, o deles pende uma ação possessória, é o caso de vocês, pende uma ação possessória. Se vocês fizeram um acordo possessório com eles, não é um acordo de comprar o título, mas é uma ação possessória. Ele pode pegar o título dele e jogar fora, fazer o que ele quiser, vocês vão pagar para ele alguma coisa, não sei o que vocês estão combinando, “mas, olhem, não importunem mais a nossa posse, os senhores desistem da possessória e o INTERMAT imediatamente vai fazer esse trabalho e vai titular os senhores.”

Os senhores busquem, procurem fazer um acordo que seja benéfico para os senhores. Se ele queria dez, ofereça um, porque ele não tem título. A posse são vocês que estão em cima dela! Certo?

Então, vocês estão hoje... O INTERMAT deu um grande passo ajudando as famílias que lá tem, dando aquele documento e agora cabe aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Pessoal, o que é combinado não é caro. O Dr. Jeovah não poderia estar aqui, hoje. “Wilson, eu vou, mas você me dispense a partir das 16 horas. Eu tenho que chegar a Cuiabá para firmar outro compromisso.”

O ex-Vereador Franklin me disse agora que há vinte pessoas lá da comunidade da Penitenciária da Agrovila, e esse assunto também é em relação ao INTERMAT.

Então, Jeovah, você vai ouvir só mais...

Por favor, Franklin, rapidinho, quem vai falar em nome... O representante das vinte famílias que quer tratar um pouquinho sobre a nossa área da Penitenciária Palmeiras. Se quiser usar a palavra... Desta vez, não? Se quiser ir ao INCRA, na semana que vem, o Jeovah receberá no INTERMAT.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Gente, eu quero pedir uma salva de palmas ao Diretor de Assentamentos do INTERMAT... (PALMAS)

Muito obrigado, Dr. Jeovah, volte com segurança, volte em paz.

Muito obrigado!

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA - Pessoal, eu quero agradecer a paciência de todos, peço desculpas pelos problemas que não demos conta de resolver, mas prometo levá-los e cuidar com muito carinho, porque é para isso que nós somos pagos, é para isso que somos servidores públicos. Servidor público quer dizer: servir ao público. É essa a nossa missão.

Portanto, Deputado Wilson Santos, muito obrigado pela oportunidade, e conte sempre com o INTERMAT.

Um abraço a todos! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Agora vamos ouvir o representante do INCRA, nosso amigo Carlos Eduardo Barbieri Gregório, carinhosamente conhecido como Xiru, porque nós temos aqui em Santo Antônio de Leverger vários assentamentos do INCRA...

O SR. JEOVAH FELICIANO DE SOUZA - Só um minutinho.

Em tempo, Xiru, peço desculpas a você, eu gostaria muito de permanecer aqui, porque o INCRA, sempre que eu participo de algum evento junto, eu aprendo muito, mas eu tenho um compromisso.

Desculpe a nossa ausência, em outra oportunidade ficaremos juntos.

O SR. CARLOS EDUARDO BARBIERI GREGÓRIO (XIRU) - Boa tarde a todos!

Pessoal, dentro de Santo Antônio de Leverger, há cinco assentamentos, praticamente. Apesar de que há sempre a questão da mudança de alteração de Santo Antônio da Fartura, se ele pertence a Campo Verde ou a Santo Antônio de Leverger, mas estamos trabalhando na questão da regularização fundiária em todos.

O INCRA hoje tem 543 projetos de assentamento no Estado, 82.500 mil famílias homologadas dentro do Sistema SIF. Assim como o pessoal do INTERMAT comentou, infelizmente, eu conto somente com 256 servidores para toda essa dimensão de assentamentos. Agora o INCRA está sendo novamente reestruturado, ele voltou para o Ministério da Agricultura e conseguimos com o Governo Bolsonaro um fortalecimento do INCRA na questão assim: volta para o INCRA a atribuição do Terra Legal, a regularização fundiária das glebas na Amazônia Legal volta ao INCRA; e uma atribuição nova ao INCRA é a demarcação de reservas indígenas, que vem para o INCRA agora, era uma atribuição da FUNAI e passa para o INCRA.

Pessoal, a questão da regularização fundiária é uma questão importantíssima, é um foco no INCRA, principalmente, nos últimos anos. Mas ela passou a ser realidade a partir de 2017. O pessoal fala... Eu sei, é um anseio, temos assentamentos da época da colonização, de 1979, e nem está totalmente titulado. O que acontecia antes de 2017? O INCRA chegou a expedir vários títulos antes de 2017, só que conforme a legislação da época, os títulos eram por valor de mercado. Então, o custo da indenização, o agricultor familiar não tinha condições de arcar com o título. Darei um exemplo a vocês: os títulos expedidos na região norte chegavam a custar 100 mil reais, 150 mil reais para cada família, era inviável o pagamento. É por isso que o INCRA, praticamente, não emitia títulos antes de 2017. Com a mudança da legislação, da 13.465, hoje, com o título, o assentado paga um valor... Darei um exemplo a vocês do hectare, no caso do Santana Taquaral, ele vai pagar um valor de 150 reais o hectare. O título, eu vou dar um exemplo aqui, nós temos 42 títulos que estão em Brasília, prontos, eles vão chegar provavelmente na próxima semana e aí iremos no

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

assentamento entregar, mas como eu tinha combinado com o Depurado Wilson Santos, o título da Dona Diolina... a Dona Diolina está aí? Só para vocês terem um exemplo. O título de Dona Diolina saiu por 7 mil reais, o título inteiro. Um título de 45 hectares saiu por 7 mil reais. Ela tem uma carência de três anos para pagar, divididos em 17 prestações. A prestação dela será anual, no valor de 400 reais.

A nova política de titulação, perante a lei, diferente do INTERMAT, nós não podemos dar o título gratuito, mas estamos dando num valor bem subsidiado às famílias, na faixa de 150 reais o hectare, que aí vocês terão 17 anos para quitar esse título. “Ah, mas o Gilson receberá o título semana que vem na comunidade. Eu posso quitar?” Pode. Quem quitar vai ter um desconto, ainda nesse valor de 150 reais, de 20% para o pagamento à vista. O Governo mudou a lei para incentivar a questão da titulação, foi nesse intuito.

Como eu combinei aqui, nós temos uma relação que já está em Brasília, do Santana do Taquaral, são 98 famílias que estão aptas, são 98 famílias totais. Aptas à titulação, nós temos 69 famílias. O que seria os aptos à titulação? São pessoas que estão homologadas no INCRA, estão no SIPRA, legal. São 69. As outras famílias, elas têm algum problema? Elas não estão reconhecidas no SIPRA, o que elas têm que fazer? Conforme a nova legislação de qualquer assentamento, isso serve tanto para o Pontal do Glória, de todos os assentamentos, quem estiver irregular no lote, ele pode dirigir-se ao INCRA, desde que mudou a legislação, preencher a ficha e pedir: eu ocupo o Lote, eu vou dar um exemplo não nominal, mas, por exemplo: eu ocupo o Lote 81 do Projeto de Assentamento Santana do Taquaral e quero me regularizar. Eu vou levar a minha documentação comprovando que eu exploro o lote, com um documento do INDEA ou qualquer documento, nota e tudo, conta de energia se tiver, carta de desistência do antigo ocupante e tal e vou pedir a minha regularização, o INCRA analisa e homologa essa pessoa; aí essa pessoa esta passível de receber o título. Mas, o que é que acontece? As outras 69 famílias irão receber os títulos normais. Enquanto a família não se regulariza...

Bem, dessas 69, que estão aptas a receberem títulos, 30 encontravam-se bloqueadas. O que é bloqueada? Algum erro de documentação no SIPRA. Eu percebi no relatório de vocês que está comigo, eu até forneci cópia para a associação. É assim, gente, quem está casado, às vezes, a esposa faleceu, vocês sempre têm que atualizar a questão dos documentos no INCRA, porque o título sai em papel-moeda vindo de Brasília, que vai registro em cartório. Se houver uma falha de documento ou, por exemplo, consta que a esposa faleceu, você tem que por isso no SIPRA, o título tem que fazer essa observação, porque senão você não registrará o título. Por isso tem alguns casos, dos 69, só foram para Brasília 42, ainda tem um pessoal que está devendo essa atualização de documentos.

Irei ler rapidamente a relação dos 42 nomes que os títulos já estão em Brasília, provavelmente, na próxima semana, no mais tardar na primeira semana de abril, iremos ao assentamento recolher a assinatura do casal. Uma coisa importante: no dia de recolher assinatura tem que estar o casal, o título sempre vai estar no nome da mulher, porque ela é a primitiva e o marido assina como segundo assentado, mas tem que estar os dois no dia do recebimento do título.

Se caso eu marcar semana que vem, eu não tiver lá, não tem problema, recolhemos o título e a pessoa poderá ir assinar em Cuiabá. Por que isso? Para garantir a gratuidade. Como o pessoal do INTERMAT disse, quando eu mando o ofício, o título para o cartório registrar, vocês não pagam taxa nenhuma de cartório, vocês não precisam pagar o ITBI, nada. Se eu entregar o título nas mãos de vocês, vocês irão ao cartório e o cartório vai querer cobrar. Na verdade, o que fazemos? Recolhemos a assinatura de vocês, registramos no cartório aí, sim, vocês já têm a matrícula, vocês

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

pegam o título de graça, sem ônus para o cartório. Aí vocês terão 3 anos para pensar, eu vou pagar prestação? Aí vocês terão 3 anos de carência para começar a pagar essa prestação de 400 reais anual. É uma prestação só por ano.

Você vai ao INCRA, ele imprime um boleto de Guia de Recolhimento da União-GRU, você paga, volta só no outro ano, conforme a data que está estipulada no título.

Aqui esta a relação dos que serão titulados do P.A. Santana do Taquaral...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – O pessoal do Taquaral levante o braço, por favor.

O Superintendente do INCRA vai ler agora o nome das 42 famílias que ele estará encaminhando a documentação para Brasília...

O SR. CARLOS EDUARDO BARBIERI GREGÓRIO (XIRU) – Já está lá!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Já está lá? Para receber em breve. São 69 aptas. São 98 famílias, 69, 42.

Depois eu quero que o senhor explique de novo, porque é que as 98 não irão receber e só tem 69 aptas e nessa primeira leva, vão sair 42.

Está bom, Xiru? Para ficar bem explicadinho.

O SR. CARLOS EDUARDO BARBIERI GREGÓRIO (XIRU) – Pessoal, dos 42 nomes que já está em Brasília o título, diferente do INTERMAT, os títulos do INCRA são impressos em Brasília em papel moeda. Então, nós temos que aguardar a Presidência encaminhar para cá.

Dona Diolina de Souza Delgado; Francisco de Oliveira Moia; Duian da Cunha...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Se estiver aí, levante o braço.

O SR. CARLOS EDUARDO BARBIERI GREGÓRIO (XIRU) – Ademilson Gonçalves da Silva...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – O Ademilson está aí?

O SR. CARLOS EDUARDO BARBIERI GREGÓRIO (XIRU) – Adelson Domingos de Souza...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – O Adelson está aí? Não veio.

O SR. CARLOS EDUARDO BARBIERI GREGÓRIO (XIRU) – Wisli Durian da Cunha; Jailton Magalhães de Almeida Silva; Alzira Alves Paco; Ana Lima de Oliveira e seu esposo Joaquim Caetano de Oliveira; Dilair Terezinha de Oliveira...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – A Dilair está aí. Fique de pé, Dona Dilair. Uma salva de palmas, gente... (PALMAS). Quantos anos esperando, não é? Só a senhora sabe.

Parabéns! Parabéns!

O SR. CARLOS EDUARDO BARBIERI GREGÓRIO (XIRU) – Eraide Mendes do Espírito Santo e o seu esposo Ataíde João; Escolástica Santana Leite e seu esposo Pedro Braz Leite...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – O Pedro Braz Leite está aí?

Uma salva de palmas... (PALMAS).

Parabéns, Pedro! Finalmente vai receber o seu título definitivo.

O SR. CARLOS EDUARDO BARBIERI GREGÓRIO (XIRU) – Gonçalves Aparecida Braga de Amorim e seu esposo Pedro Ribeiro dos Santos; Isabel Siqueira Camargo e o Sr. Osmar Camargo.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Cadê a Isabel e o Osmar?

Fique em pé aí, Isabel. Cadê a dona Isabel? Está ali!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Uma salva de palmas, pessoal! (PALMAS)

Parabéns! São mais de 20 anos de luta! Mais de 20 anos! Parabéns!

O SR. CARLOS EDUARDO BARBIERI GERGÓRIO (XIRU) – Sr^a Júlia Rodrigues de Souza; a Sr^a Lázara dos Santos Alexandre e o Sr. Francisco José Alexandre; Sr^a Leane Maria Klayne...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Vamos aplaudir aqui, também. São 20 e tantos anos de espera! Vinte e tantos anos! (PALMAS)

Parabéns, Xiru! Parabéns! (PALMAS)

O SR. CARLOS EDUARDO BARBIERI GERGÓRIO (XIRU) – Sr^a Leila de Fátima Ribeiro; Sr^a Maria Aparecida da Silva e seu esposo Edmilson Sales dos Santos; Sr^a Maria de Fátima Silva de Souza e seu esposo Odorico Fernandes de Souza; Sr^a Maria de Lourdes dos Santos e seu esposo Manoel Pereira dos Santos; Sr^a Maria Eva da Silva e o Sr...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Olha a dona Maria lá!

O SR. CARLOS EDUARDO BARBIERI GERGÓRIO (XIRU) – Tem bastante Marias.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Parabéns, gente!

Uma salva de palmas!

Vamos bater palmas, pessoal! (PALMAS) É uma vitória importante!

Parabéns, dona Maria!

O SR. CARLOS EDUARDO BARBIERI GERGÓRIO (XIRU) - Sr^a Marília Gonçalves Araújo e seu esposo Edilson Galdino de Araújo; Sr^a Marlene Cruz e Sr. Admilson Machado; Sr^a Marli Oliveira da Silva e seu esposo Josias da Silva Filho; Sr^a Nelcina de Queiroz Ramos e Sr. Hélio Gonçalves Dias; Sr^a Neusa Maria Fernandes Campos e Sr. Abel Lisboa de Campos; Sr^a Noêmia Alves da Silva Cruz e Sr. Sebastião Carlos da Cruz; Sr^a Roseli Dias de Lima e Sr. José Santos de Paula...

Pessoal, pode se manifestar!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Está aí, pessoal?

Fique de pé, Neco, e você vai vendo quem está aí.

O SR. CARLOS EDUARDO BARBIERI GERGÓRIO (XIRU) - Sr^a Rosenil de Souza Arruda e seu esposo Reinaldo Barcelos Oliveira; Sr^a Sebastiana Vieira dos Santos e Sr. José Pereira dos Santos; Sr^a Silvana Correia da Costa Moraes e Sr. Alinor Rodrigues de Moraes; Sr^a Sueli Pereira dos Santos e seu esposo Idanilton Raimundo Oliveira Moraes; Sr^a Valdete Ribeiro e seu esposo Edson Pereira; Sr^a Vilma de Paula Fonseca e seu esposo Deusdete Maia da Silva; Zênita Ribeiro Amorim e seu esposo Alvino Pinto de Amorim; Sr^a Zildete Alves Passos; Sr^a Lúcia Conceição da Silva e seu esposo Jesubert Rodrigues Ferreira. (PALMAS)

Meus parabéns!

Sr^a Maria Gonçalves Marques Silva e Sr. Gonçalo da Silva; Sr^a Dayse Maria Costa Benites e o Sr. Maurílio Golphônia Benites. (PALMAS)

Parabéns!

E, por último, Sr^a Marilza Ferreira Rodrigues e Sr. Pedro Rodrigues de Arruda Neto. (PALMAS)

Pessoas, parabéns!

Esses são os 42 que já estão em Brasília com o título sendo publicado. Provavelmente, na próxima semana marcaremos com a comunidade para irmos ao assentamento coletar assinaturas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

O que eu peço é o seguinte: os dias que forem marcados, pois, poderá ser mais de um dia, que estejam o marido e a esposa juntos. Tem que estar os dois para assinar o título para ir para o cartório. Não adianta estar só um. É por isso que nós pedimos...

Vocês já confirmaram os 42 nomes. Então, destes aqui os títulos já virão e aí já pedimos que quando estiver o pessoal do INCRA coletando que esteja o casal para assinar.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Xiru, se a mulher não aparecer e aparecer só o marido, o título sai no nome do marido?

O SR. CARLOS EDUARDO BARBIERI GREGÓRIO (XIRU) – Não, Deputado Wilson Santos! Na verdade, o que acontece é o seguinte: nós coletamos a assinatura do marido e levamos o título para Cuiabá. Aí temos que aguardar a esposa assinar o título para ir para o cartório.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – O nome é da mulher?

O SR. CARLOS EDUARDO BARBIERI GREGÓRIO (XIRU) – O nome é da mulher.

Pessoal, por que o nome é da mulher? Porque a mulher, dificilmente, abandona o lar e, se houver separação, a guarda das crianças é da mulher, preferencialmente. A mulher fica com o lote onde tem a casa para criar os filhos.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – O.K!

O SR. CARLOS EDUARDO BARBIERI GREGÓRIO (XIRU) – Por isso que é Legislação Federal.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito bem! (PALMAS).

Muito bem, mulherada! Estão mandando mesmo! (RISOS)

Tem muita gente aí que está segurando o casamento, Padre, para não perder o lote.

Vamos ouvir o Beto, representando da comunidade, sobre essa vitória tão demorada e tão longa, por favor.

O SR. JESUBERT RODRIGUES (BETO) – Boa tarde a todos!

Eu quero cumprimentar a mesa em nome do Deputado Wilson Santos, amigo de muitas datas.

Desde já quero dizer a todos que estamos muito alegres, muito contentes, porque sabemos que essa luta é demorada e não é fácil. Está aqui o Deputado Wilson Santos e o Superintendente do INCRA que sabem da nossa luta. Estamos dentro do INCRA, vamos dizer, todos os dias, todas as quartas-feiras, passando pela Assembleia Legislativa, cobrando e exigindo que isso acontecesse. E, também, dentro da comunidade fazemos uma reunião todo primeiro domingo do mês para falar com o pessoal, para passar o que está acontecendo, o que deixa de acontecer. Quem não vai à reunião não fica sabendo, mas quem vai fica sabendo. Eu tenho uma coisa comigo que digo assim: eu ir lá à casa do seo fulano para falar para ele que está acontecendo tal coisa não vou mais, porque eu faço a reunião e com uma palavra todos escutam, todos mundo ficam sabendo. E o cara que não vai à reunião não ficará sabendo. Mesmo eu sabendo os nomes de quem está aqui eu, não vou levar para ele, não. Ele tem que ir à reunião para saber. É assim que funciona lá no meu assentamento.

Mas queremos agradecer, de coração, porque essa luta é incansável. As pessoas que não estão com os nomes eu quero dizer que estamos lutando. Tem eu, o Edilson, o Neco, que toda semana estamos dentro do INCRA cobrando, vendo problema de documento de quem falta, levando documento, entregando. Eu acho que agora, nesses dias, foi um punhado de documentos que faltavam. Entregamos para o Sílvio, para o Edi Jorge. Já estão nas mãos deles. Então, não cansamos de lutar pela comunidade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

E desde já peço para o senhor, pelo menos, uma semana de prazo, porque tínhamos prometido aos funcionários do INCRA, ao Deputado, que no dia da entrega desse título lá teremos churrasco para comer... (PALMAS). Essa é uma proposta da comunidade. Estamos lá de braços abertos esperando.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – É o Padre João que vai doar a vaca?

O SR. JESUBERT RODRIGUES (BETO) – Eu espero que seja, ainda, no seu mandato, porque lá troca mais de Superintendente do que troca de camisa. Então, esperamos que seja no seu mandato a entrega desse documento lá. Estamos lá prontos para receber.

O Ugo Padilha estava como Prefeito o primeiro dia que fizemos a primeira arrancada para fazer esse título definitivo, fazer o geo, uma coisa que fizemos por conta própria, pagamos, e agora estamos recebendo o nosso título, graças a Deus. Daqui a alguns dias estaremos recebendo. Vou confiar na palavra dele, porque depois sou cobrado dentro da comunidade.

Desde já, quero agradecer a todos vocês que estão aqui!

Quero pedir uma licencinha para falar sobre o negócio do INTERMAT, porque quando fizemos o assentamento, pessoal, a fazenda era uma só, mas dentro da fazenda tinha essa parte que pertencia ao INTERMAT. Eu tenho a documentação - ia até falar para o moço que estava aí -, tenho todos os levantamentos, todas as coordenadas, tenho tudo lá em casa dessa área do INTERMAT que está lá. Ela era da própria fazenda, só que na hora de medir sobrou essa parte e ela ficou fora. Mas eu tenho toda essa documentação lá, o pessoal do INTERMAT pode me procurar que vou passar. Podem me cobrar.

Quero agradecer a todos que aqui estão participando desta Audiência Pública, que deu crédito e veio para participar, porque só fica sabendo das coisas quem participa; quem não participa não tem nem direito de saber depois.

Eu sou bem taxativo em dizer que quem não participa é porque não quer saber; se ele não quer saber, ele não participa; se ele quiser saber o que está acontecendo, ele participa.

Eu sei que o Neco passou trinta dias fazendo convite, entregando convite a todas as comunidades para que todos estivessem aqui para ouvir, para falar. É isso aí.

Agradeço em nome de Jesus, porque sou evangélico. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Amém!

Parabéns, Beto!

Vamos dar uma salva de palmas bem forte para o Beto, porque ele merece. (PALMAS).

Registro a presença do Sr. Adilson Pinho, Presidente da Associação de Sangradouro; do nosso amigo Lázaro Avelino, Presidente da Associação dos Produtores da Comunidade São Sebastião, e também dos moradores da Comunidade Ribeirão da Estiva.

Muito obrigado! Está sendo uma Audiência Pública muito prestigiada.

Com a palavra, o Carlos Eduardo Barbieri Gregório, o Xiru.

O SR. CARLOS EDUARDO BARBIERI GREGÓRIO (XIRU) – Como falamos aqui, demos início ao processo de titulação do Projeto de Assentamento Santana do Taquaral.

Então, é o seguinte: os 42 títulos já estão vindo e os demais, à medida que o pessoal for analisando as documentações que o pessoal levou, de quem tiver bloqueado ou quem estiver irregular, pedindo a regularização, esses nomes vão indo para Brasília e vão emitindo os títulos.

O processo de titulação é dinâmico, não para.

(O SR. PRESIDENTE FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

O SR. CARLOS EDUARDO BARBIERI GREGÓRIO (XIRU) – Esses são os primeiros, os que estavam mais redondos no assentamento.

Eu fico feliz, porque desses 42, 23 são primitivos, ou seja, os que foram assentados em 1999. Parabéns!

Então, pessoal, eu já designei os servidores para analisar a defesa do pessoal, para desbloquear quem tem que desbloquear, para receber a documentação de vocês - o Edi Jorge já está recebendo e o Paulo está analisando - para continuarmos emitindo os títulos e, se Deus quiser, chegar até o final do ano nas 98 famílias do assentamento, emancipando assim o projeto de assentamento e partindo para os demais.

É assim, pessoal: o INCRA não espera estar 100% redondo o assentamento para titular. Nós começamos titulando as famílias que estão com a documentação mais correta, e vai indo conforme o pessoal vai apresentando a documentação. O título não para, vai sendo expedido e vamos marcando com vocês a entrega.

Nos demais assentamentos... Tem o pessoal do Pontal e do Ribeirão que vamos começar a fase da titulação igual ao Santana, só que emitimos para esses assentamentos, só que muitas famílias ainda não tinham recebido ainda o CCU. Então, o CCU do Pontal do Glória e do Ribeirão do Glória - já assinei esta semana vários CCUs - talvez, vamos aproveitar, quando a equipe descer para pegar a assinatura do Santana, para passar nesses dois projetos e entregar também o CCU, que é um título provisório, mas ele já dá o direito de vocês pegarem um dinheiro no Banco e acessar as demais políticas, enquanto termina a questão do geo e as demais questões nesse sentido.

Então, nesses outros dois assentamentos nós vamos entregar o CCU.

No Pontal são 40 famílias e no Ribeirão do Glória são 97...

(O SR. PRESIDENTE FALA COM O ORADOR FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL).

O SR. CARLOS EDUARDO BARBIERI GREGÓRIO (XIRU) – É um assentamento ao lado do outro.

Então, pessoal, nesses dois assentamentos estaremos fazendo a regularização das famílias; foi feito o ocupacional das famílias; temos o caso do pessoal que tem acampamento lá dentro, mas, também, estamos vendo a questão de solucionar o assentamento daquelas famílias ali.

Eu participei da audiência, na semana passada, com o Ministério Público Federal para regularização, para achar uns lotes para essas famílias. Nós vamos lançar um edital, convocando vocês dessas famílias, de vários assentamentos aqui da região, onde tiver lote, para participarem.

Pessoal, a política de titulação não para. Depois, eu vou deixar o nome do pessoal que não está na primeira lista com o pessoal da Associação. Os demais que estão como bloqueados ou irregular na vistoria do Edi Jorge e dos demais técnicos, eu peço que encaminhe ao INCRA a documentação o mais rápido possível para que possamos rodar os títulos deles.

Agora vamos abrir às perguntas, porque fica mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – O.K, pessoal!

Agora o Superintendente do INCRA do Estado de Mato Grosso fez todo o seu relato, já tratamos do Taquaral e agora vamos saber quem tem pergunta sobre o Pontal do Glória e Ribeirão do Glória.

Por favor, fale o nome e a comunidade.

O SR. WILSON AQUINO JÚNIOR – O meu nome é Wilson Aquino Júnior. Eu sou recém-eleito Presidente da Associação da Comunidade do Ribeirão.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Ouvi muito falar de regularização, é uma luta, realmente; é uma busca, só que não adianta ter o título na mão e não ter estrada para retirar a nossa produção. Concordam?

Eu tenho cinco famílias que eu quero que o senhor nos receba lá, foram feitas todas as vistorias, são famílias com cinco, dez anos, que ainda não foram homologadas. Então, gostaria que o senhor nos recebesse lá para vermos o que está acontecendo, se é possível.

Voltando ao INCRA, está tudo perfeitinho, redondinho, só isso. Mas, eu queria direcionar isso ao Prefeito, mas como o Presidente da Câmara já frisou que ele é difícil, não põe a cara à tapa, ele que deveria estar ouvindo a nossa reivindicação de estrada. Porque não adianta! Não adianta!

Quem aqui tem dificuldade ou facilidade para tirar a nossa produção daqui?

Quero parabenizar o pessoal da EMPAER. O Sr. Givaldo esteve lá com um Uno velho, Deputado! Não consigo entender como uma entidade, que anda em estrada ruim, tem um Uno para se locomover.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – A proposta do novo Governo é acabar com a EMPAER. Não vai ter nem mais Uno, não vai ter mais nada.

Estamos resistindo lá. Um grupo de Deputados está resistindo para que o novo governo não extinga, mas mandou um projeto para Assembleia Legislativa propondo a extinção definitiva da EMPAER. Quer acabar, zerar, deixar o pequeno produtor sem uma empresa de assistência técnica.

Nós estamos resistindo lá.

O SR. WILSON AQUINO JÚNIOR – Se conseguir é um mérito, porque são guerreiros.

O seu Givaldo esteve na minha propriedade há 30 dias, passou por um lamaçal, que eu quero tirar o chapéu: como é que aquele Uno atravessou aquela lama? É macho.

Então, a minha reivindicação seria estrada, seria condições de produzir.

O seu Givaldo se deparou lá com produção de maracujá, de limão taiti. Mas se o produtor sair de lá duas vezes na semana, tem que decidir, ou troca de carro, ou para de produzir, porque o carro não aguenta. Entendeu?

O Presidente da Câmara tocou num assunto político que eu quero deixar registrado também.

Segundo informações, eu sei que o Sr. Prefeito age de acordo onde teve mais voto: onde votou mais nele, ele está presente, onde ele não teve voto ele não apoia.

Isso para nós é uma situação bastante difícil.

O título é importante, chegará uma hora ou outra, mas sem estrutura nenhuma não adianta o título debaixo do braço, ou vai pegar o título para vender a terra, porque vende melhor.

Porque se for pegar o título apenas pensando em produzir com essa condição de hoje... Por que é que o meu pessoal não está aqui? Por que o Ribeirão do Glória e o Pontal não estão aqui? Tem uma ponte caída, sendo recuperada. Só sexta-feira poderá sair de lá.

Para estar nesta reunião, tive que decidir entre estar lá ou aqui. Preferi estar aqui. Essa é a minha situação. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Xará, muito obrigado.

Chamo o próximo, está inscrita a dona Santinha, das Palmeiras, quer usar da palavra também.

Por favor, dona Santinha.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Sabendo que Palmeiras é do INTERMAT, dona Santinha, é do INTERMAT. Mas pode falar que anotamos aqui.

A SRª SANTINHA SOUZA – Boa tarde a todos!

Quero agradecer por vocês estarem aqui ajudando a nossa comunidade.

Eu queria só uma explicação sobre o que está acontecendo no Vale das Palmeiras.

Alguns falam que lá é do presídio e outros falam que era da Fazenda Bocaina, que foi cedida para a população para ser o Assentamento Vale das Palmeiras.

Tem uma ordem judicial, porque o presídio está respondendo um processo, porque eles disseram para a juíza que nós, moradores dali, estávamos invadindo a terra deles, estávamos entrando na terra deles para pegar coisas, estávamos ameaçando os reeducandos, sendo que nada disso aconteceu.

Muitas e muitas vezes nós já tocamos gado lá do presídio que estavam entrando na nossa terra. Meu marido descia com o gado até lá embaixo, chegava lá o carcereiro subia na moto e ia embora. Nós nunca fizemos isso.

Atiraram na vaca do presídio e disseram que fomos nós da comunidade que fizemos isso.

Não podemos tirar uma madeira para fazer uma cerca ou arrumar a casa porque ali é do presídio.

Então, eu quero saber. Nós da comunidade gostaríamos de saber o que será feito de nós, se vamos receber o título ou se seremos expulsos daquele lugar.

O Jeovah disse que iria sair uma ação de desapropriação de terra de lá.

Então, eu quero uma ajuda de Vossa Excelência, Deputado, para que dê uma olhada nessa situação para não ficarmos à mercê, porque o Presidente da Associação não se encontra, o Vice-Presidente estava aqui e não demorou, só deu uma olhadinha e foi embora.

Então, como moradores, precisamos de uma resposta. Eles ficam falando que está com o juiz, mas a resposta para nós até agora não chegou.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Santinha, muito obrigado por você ter usado da palavra.

A ajuda que o Deputado pode dar é esta aqui, trazendo as autoridades aqui para serem sabatinadas, para prestar informações, para acelerar os processos.

Como o Jeovah esteve aqui e respondeu a todos que perguntaram, eu anotei aqui e vou passar para ele porque eu não sei essa resposta.

Está bom? Passarei para ele.

Mais alguém inscrito para falar sobre o INCRA?

Venha cá, corre aqui!

A Santinha já falou. Muito obrigado!

O SR. MANOEL GILA – Boa tarde a todos!

Eu quero saber do Superintendente.

Eu sou do Santana do Taquaral, sou um dos primeiros que entrou lá e nunca saí. Estou lá toda vida.

Eu tenho um problema, eu e tem mais, de divórcio. Eu vivo com essa minha esposa há 42 anos, mas não somos casados, estamos juntos, temos 42 anos, temos quatro filhas, os registros de todas elas estão no INCRA. Eu não sou divorciado porque fui casado lá no inferno do Nordeste para lá e o trem lá é mais difícil do que tirar couro de cobra. Então, não consegui.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Estive no INCRA na semana passada eles falaram: “se não tiver, não vai ter o título.”.

Eu digo: “porra!”, aí não joça. Um divórcio litigioso não sai assim fácil, não. Eu já dei entrada no divórcio litigioso tem cinco anos.

Vocês todos sabem que o nosso judiciário é pior do que os nossos prefeitos dos municípios, só pensam neles. Eles não pensam no usuário, em quem paga o salário deles.

Está entendendo?

Eu quero saber o que é que eu vou fazer e os outros que tem esse sistema? Porque está faltando só esse divórcio e eu não tenho.

Me ligaram há alguns dias e disseram que está saindo para ser publicado agora o litigioso, mas não sei se foi porque eu não fui lá.

Eu quero ver o que é que podemos fazer.

Então, por que não põe esse terreno no nome da mulher? Para que diabo o homem quer terreno? Quem precisa é a mulher. Homem não precisa de nada. Homem precisa de um chapéu para entrar debaixo. Tem que trabalhar, cuidar de sua família e dos filhos.

Agora, para que isso? Não pode botar só no nome da mulher? Esquece de mim para lá, porque já estou para morrer mesmo, não faz diferença, porque o que importa para mim hoje em dia é a “véia” e os filhos. Para mim não importa mais nada. Quem de novo não morre, de velho não escapa. Eu estou com quase 70 anos, estou com 68 anos. Que diabo eu ainda espero? Só a morte.

Agora não vou poder receber o título por causa de um divórcio? Não existe.

Eu quero saber o que é que vocês vão fazer? Não sou só eu não. Tem mais pessoas com esse problema.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – É verdade, Manoel.

O SR. MANOEL GILA – Inclusive, vocês poderiam ver o que é que vamos fazer. Se não sair o divórcio, não vamos pegar. A mulher não pode pegar o título, nem eu, nem ninguém. Nós temos comprovante que... Pela lei, não existe mais nada com essa mulher há 40 anos. Eu tenho filha com 40 anos com essa senhora, os documentos estão todos lá.

Não comprova? Eu quero saber que nós vamos fazer com isso?

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Manoel, vamos ouvir a resposta.

Se ele não resolver, o padre está aqui para resolver essa questão do divórcio. Vamos fazer um novo casamento. (RISOS)

Com a palavra, o Xiru.

O SR. CARLOS EDUARDO BARBIERI GERGÓRIO (XIRU) – Essa questão, quando tiver divórcio, ou união estável, ou herdeiros, na verdade, tem que ser feito assim: os demais herdeiros, ou família, no caso, tem que fazer uma procuração abrindo mão para alguém. Por exemplo, se o senhor quiser que o título saia no nome de um filho, todo mundo assina abrindo mão para aquele filho. Agora, se quiser que saia só no nome da esposa, o senhor faz um documento, uma carta, registra firma que o senhor abre mão para sair no nome da sua antiga esposa, ou se quiser já passar no nome de um filho já faz.

O SR. MANOEL GILA – Não, no nome dela, ela quem trabalhou, quem lutou, quem viveu a vida toda lá dentro foi ela. Realmente, o título é dela. Ela que sempre sofreu.

O SR. CARLOS EDUARDO BARBIERI GREGÓRIO (XIRU) – É assim, pessoal, nesses casos nós, do INCRA, não podemos tomar essa decisão sem vocês provocarem nesse sentido,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

mas o senhor pode ir ao INCRA, eu conversei com o procurador, estudamos o documento, fazemos a minuta, o senhor leva, assina, reconhece firma e aí vemos.

O senhor abre mão do seu direito passando para a sua ex-mulher.

O SR. MANOEL GILA – Beleza!

Para a minha ex-mulher, não, para a minha mulher...

O SR. CARLOS EDUARDO BARBIERI GREGÓRIO (XIRU) – Se o senhor quiser casar de novo... (RISOS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Obrigado, Manoel...

O SR. MANOEL GILA – Deputado, eu aproveito a oportunidade que já estou falando aqui, eu tenho que ir embora, porque eu tenho bichinho para cuidar em casa, eu quero ter uma conversa com o administrador da ENERGISA, porque esta é uma oportunidade que nós temos esperado há muito tempo, porque o descaso da ENERGISA conosco... O senhor falou que nós temos muita educação com os povos, e graças a Deus nós temos muita educação, só que a administração da ENERGISA não tem educação conosco e nem tem respeito por nós. Eu quero ver com ele o que é que está acontecendo, o que precisamos resolver.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Obrigado, Manoel!

Está anotado aqui, assim que terminar a etapa INCRA, que já está acabando, nós vamos começar com a ENERGISA.

O SR. MANOEL GILA – Eu só queria pedir o endereço para que possamos procurar a ENERGISA, porque nós não temos o endereço, porque aí nós vamos lá atrás deles. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Ele vai responder.

Com a palavra, o Sr. Sebastião Ferreira da Silva, Presidente da Associação do Pontal do Glória.

Pontal do Glória é um P.A. federal, do Governo Federal, tem 97 famílias e o Xiru disse aqui que já está assinando várias CCUs.

Com a palavra, o Presidente.

O SR. SEBASTIÃO FERREIRA DA SILVA – Boa tarde a todos!

Eu quero parabenizar esse trabalho muito bonito do Deputado Wilson Santos, eu o conheço há muitos anos, Deputado. Já votei para o senhor várias e várias vezes. Parabéns por estar com esse trabalho aqui na Agrovila das Palmeiras.

Sr. Presidente, hoje eu sou Presidente da Associação do Pontal do Glória, estou começando este ano.

Quero perguntar para o Superintendente do INCRA sobre a situação que vivemos hoje. O INCRA nos largou em uma posição perigosa, o INCRA colocou um pessoal lá, assentou lá, e esse pessoal está perturbando, um pessoal perigoso.

Superintendente, outra coisa: quando vai sair, o senhor falou, falou, eu não entendi do nosso Presidente quando sairá o nosso título da terra, estamos todo mundo preocupados e muitas pessoas regularizadas e outras não estão regularizadas.

Outra coisa, Deputado, a nossa estrada, olha por nós, por favor, porque estamos ilhados nesse trem.

Parabéns e muito obrigado a todos.

O SR. CARLOS EDUARDO BARBIERI GREGÓRIO (XIRU) – Pessoal, já vou tratar, porque tanto Pontal quanto Ribeirão é a mesma demanda que começa com...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Pessoal, quanto à questão de estradas, independente da titulação, o assentamento ainda é do INCRA. O INCRA hoje não faz estrada sozinho, abrimos todo ano o sistema SICONV, e parceria com as prefeituras de todo o Estado para apresentarem projetos para tentarem pegar o recurso nosso que temos estimado para infraestrutura. Temos questão para infraestrutura, ponte e questão de água, com exceção de poço, poço artesiano é responsabilidade da FUNASA.

Então, eu peço que vocês, como presidentes de associações e tal, os vereadores, Deputado, provavelmente, lá pelo mês de agosto, abrimos o sistema SICONV, pedimos para que a prefeitura apresente o projeto para se inscrever, para concorrer a um convênio para receber recurso do INCRA.

Nessa questão, pessoal, eu lembro que Santo Antônio tinha um problema, eu não sei como está, Santo Antônio estava inadimplente com o Governo Federal, se estiver inadimplente, ele não recebe, infelizmente, a verba federal.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Por favor, Vereador Ugo, o Município ainda encontra-se inadimplente com o Governo Federal? Continua inadimplente?

O SR. CARLOS EDUARDO BARBIERI GERGÓRIO (XIRU) – Primeiro, mesmo que seja... No ano passado, eu tive emenda parlamentar – emenda parlamentar é direcionada – e não pude aplicar, porque alguns Municípios estavam inadimplentes.

Então, é uma coisa, tem de sair da... Não é só o INCRA, qualquer outro órgão federal não pode aplicar dinheiro enquanto estiver inadimplente via sistema SICONV.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Eu estou com 150 mil reais para aplicar aqui agora, livre para aplicar no mês de abril, não pode porque o Município não tem as certidões, está inadimplente, está devendo à União, não presta conta do que recebe. Aí não vem o dinheiro. Não vem o dinheiro.

A União não permite, o Estado não permite, se o Município não está em dia com suas obrigações, com o Estado e com a União, ele fica proibido de receber recurso, exceto nas áreas de educação e saúde, fora disso não vem.

O próximo inscrito...

O SR. CARLOS EDUARDO BARBIERI GREGÓRIO (XIRU) – Só para adiantar, Deputado Wilson Santos...

Outra questão, pessoal, a questão do acampamento do pessoal do Pontal, lote 140, 141... O INCRA vai arrumar este ano áreas para eles serem assentados em vários assentamentos. Nós vamos oferecer para aquelas famílias que estão acampadas lá. E, para as demais famílias, nós vamos entregar o CCU, e quem estiver irregular pode procurar o INCRA, porque nós fizemos a ocupacional, é só apresentar a documentação. Nós fizemos a ocupacional em 2017 lá.

Então, nós temos o relatório de quem está irregular. É só apresentar a documentação pedindo que se regularize, o INCRA analisa e homologa essa pessoa e já entrega o CCU, que é o documento provisório que você já tem acesso, enquanto termina a questão do geo, a certificação do perímetro, tudo, para poder dar o título definitivo.

Então, nós 02 assentamentos é isso, nós vamos fortalecer a questão do CCU e regularização de todas as famílias tanto as acampadas quanto as que estão nos lotes.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – OK!

O próximo inscrito é o Joaquim Batista, lá da Gleba Bigorna. Está aí ainda? Joaquim Batista está presente?

Está inscrito e vai usar a palavra agora.

Joaquim Batista, morador da Gleba Bigorna.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

O SR. JOAQUIM BATISTA – Boa tarde a todos!

Eu quero perguntar ao Dr. Xiru, com relação à Gleba Bigorna, foi levantado o perímetro lá pelo INCRA, e nós fomos incorporados ao Assentamento Santo Antônio da Fartura.

Nós gostaríamos de saber como é que ficam essas 47 famílias, qual é a nossa situação, porque 50% estão na metade da área e outros 50% têm um proprietário lá que toma conta, e nós ficamos sem saber, porque ele fala que o poder da área toda é dele.

O INCRA já alegou que faz parte da mesma matrícula do Assentamento Fartura.

Como ficariam essas outras pessoas que estão lá dentro?

O SR. CARLOS EDUARDO BARBIERI GREGÓRIO (XIRU) – O caso da Bigorna é uma ampliação do Assentamento Santo Antônio da Fartura.

Eu até estive conversando com o pessoal da AGU, nós vamos reconhecer as famílias que já ocupam, aquele ocupante que tem a área maior de 700 hectares, alguma coisa assim, que ocupa a maior gleba, a AGU vai entrar com uma ação para a retirada dele para parcelarmos essa área, porque ele não é perfil de regularização, nem pelo INCRA e nem pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, e aquela área foi comprada para destinar.

Então, vamos, neste ano ainda, entrar com uma ação para tirar de lá... o parcelamento e o reconhecimento de todas as famílias que estão lá, se não me engano, são 70 famílias... 47, mas com o parcelamento da outra, vai caber mais gente. O nosso objetivo é regularizar vocês como assentados do PA Fartura, para vocês receberem os títulos junto com eles.

O título, pessoal, não impede de ter acesso a outros créditos, aí vocês vão tocando a vida. Já estamos conversando com o Dr. Bruno para entrar com uma ação contra esse proprietário maior. Os pequenos podem aguardar que estaremos homologando vocês no sistema SIB.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Próximo inscrito, Marcos Gattass, professor; depois o Rogério Major, assessor pedagógico da Secretaria Estadual de Educação.

O SR. MARCOS GATTASS - Deputado, eu irei falar na hora da energia e da segurança, agora não tenho o que falar.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Ok. Obrigado, Gattass. Vamos passar a palavra ao Rogério Major. Cadê o Prof. Rogério Major, está aqui? Não vai falar. Com a palavra, o Xiru, para suas considerações finais.

O SR. CARLOS EDUARDO BARBIERI GREGÓRIO (XIRU) - Pessoal, eu gostaria de agradecer a presença, o convite do Deputado, para esclarecermos a questão da regularização fundiária. Eu sei que é uma questão demorada, mas é um sonho que está acontecendo no Estado. No ano passado, entregamos dois mil títulos definitivos e quatro mil títulos provisórios, que é o CCU. Neste ano, o nosso objetivo é seis mil títulos definitivos, isso temos conseguido graças à parceria que estamos tendo com os órgãos, com as comunidades, em fazer o georreferenciamento; o Estado, também, via parceria do Programa Terra a Limpo que, se Deus quiser, este ano vai deslanchar para conseguirmos titular para mais pessoas. Tanto o INCRA quanto o INTERMAT, nós somos parceiros nessa questão.

Só uma resposta rápida, porque o pessoal perguntou se o servidor público pode ter acesso à terra. O INCRA tem assim... O servidor público só pode ter acesso à terra se ele for ligado à terra: professor, merendeira, agente de saúde, o motorista do ônibus escolar, ou seja, aquele funcionário público que trabalha na comunidade rural, que faz parte da comunidade rural. Agora, aquele servidor público, por exemplo, “ah, eu sou um engenheiro, eu sou um advogado”, esses não têm acesso ao Programa Nacional de Reforma Agrária. Esses podem ter acesso ao Programa de Regularização Fundiária... A questão do INTERMAT é como o INTERMAT disse, mas nem

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

gratuidade ele tem também, do INCRA ele não tem. O do INCRA são só para os funcionários públicos que trabalham diretamente com os agricultores e nas comunidades rurais.

Eu gostaria de agradecer a presença de todos.

Muito obrigado!

Agradeço o convite.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Gente, vamos dar uma salva de palmas para o Xiru... (PALMAS)

Quero dizer ao Xiru, que é isso que a sociedade espera de quem escolhe a vida pública: que tenha respeito.

O Xiru está interinamente respondendo pelo INCRA em Mato Grosso, e nós estamos torcendo, Xiru, para que você seja efetivado no Governo do Presidente Jair Bolsonaro. O senhor tem indicação de pessoas importantes, muito próximas do Presidente da República; e que o senhor, depois de efetivado, continue com essa mesma simplicidade, com esse mesmo carisma que o trouxe até aqui.

Vamos dar uma grande salva de palmas ao nosso amigo, Superintendente do INCRA em Mato Grosso, Carlos Eduardo, Xiru.

Está liberado, se quiser voltar ou quiser ficar aqui para dormir... (RISOS)

Vamos ouvir a Energisa agora, e depois temos o Major, que falará sobre a segurança. São muitas autoridades que vieram aqui, é uma Audiência Pública que não só trata da regularização fundiária como também trata de outros assuntos que interessam às comunidades rurais aqui de Leverger.

O SR. MANOEL OLIVEIRA - Boa tarde a todos!

Eu sou Manoel, engenheiro de projetos da Energisa, mas hoje estamos aqui com três colegas, também funcionários da Energisa, para ouvir todas as solicitações de qualquer natureza, na Agrovila das Palmeiras.

Estamos abertos às perguntas de toda a população.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Ok, pessoal, o primeiro inscrito é o Manoel Gila.

O senhor é o primeiro inscrito para falar sobre a Energisa.

O SR. MANOEL GILA - Manoel, boa tarde!

O SR. MANOEL OLIVEIRA - Boa tarde!

O SR. MANOEL GILA - Esse foi um desejo muito grande nosso: ter representante de vocês, da Energisa, aqui na nossa região, porque eu já estava até comentando com o rapazinho ali, que o Deputado falou do nosso respeito com todos vocês, temos que ter respeito, isso é a educação que já trouxemos de berço.

Mas eu não acredito que a Energisa, os administradores da Energisa, tenham esse respeito que temos com vocês e com todo o mundo, porque o que passamos aqui com essa empresa, que não tem responsabilidade com o povo, com a região, com quem lhes paga, é muito feio. O que é que acontece com vocês? Nós passamos aqui dez dias sem energia em nossa casa! Fizemos setenta ligações para o 0800, e quem atende, quem fala, são umas meninas lá pelo Ceará, e nem o endereço de vocês elas dão.

Você veja bem a responsabilidade da empresa de vocês com o consumidor, que nem o endereço tem para nós reclamarmos... Você entendeu? Quebrou um aterramento lá na minha casa, eu fui setenta vezes atrás, cheguei a ir à Barão de Melgaço, lá onde estão vocês, foi Deus que ajudou que ninguém me deu o endereço, porque do jeito que eu estava lá, meu filho, eu estava para

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

morrer ou matar de tanta raiva. Eu perdi, ar-condicionado, *freezer*, geladeira, televisão, perdi tudo queimado; fiz setenta e poucas ligações, e passei vinte e poucos dias correndo, de lá para cá e daqui para lá! Foi uma equipe lá: “Não, foi o aterramento que quebrou, estragou e pegou fogo em tudo.”

A Energisa não teve a capacidade de ir lá fazer. Se está feito lá, eu tive que pegar os cabos, comprar os aterramentos, fazer o aterramento e está lá. Vocês nunca foram. E a irresponsabilidade de vocês é tão grande, que vocês não dão o endereço de vocês para que cobremos. Por quê? É porque não tem responsabilidade.

Eu fui administrador de empresas a minha vida toda, eu fui diretor daquela grande empreiteira ENCOL, fui diretor da ENCOL a vida inteira; fui diretor da... Até esses tempos que acabou, e nunca me escondi de nada, não. A empresa deve, a empresa falha, há muitas coisas que falham, mas eu nunca me escondi como vocês se escondem. Por quê? É porque vocês devem e não têm interesse, vocês sabem. A empresa sabe cobrar de nós a energia. O rapaz falou que é porque não dá conta de fazer, a empresa dá conta... Quando fica um mês sem pagar, ela dá conta de manda o cara ir lá e cortar a nossa energia. Você está me entendendo? Você sabe o que nós fazemos? Se a energia aqui vem 100, 200, 50 contos, gastamos tudo em Taquaral, gastamos 150 contos, só de passagem para ir e vir, são 75 contos a passagem de táxi, para levar, e depois para vir. Mas vamos pagar, porque somos responsáveis pelo nosso débito e pela nossa responsabilidade. O que vocês têm que ter é respeito por nós.

Eu quero que você me dê o endereço de vocês, porque o dia que acontecer, nós não vamos falar mal daquelas mocinhas que atendem lá no inferno, não sei onde é, e nem são de Barão de Melgaço, não! Tem uma diretoria da empresa, não tem? Porque tem quem manda cobrar, cobram quando está faturando, tem um lugar, não tem? Por que é que não tem um lugar para cobrarmos aqui? Nós temos que ligar no 0800 e a mocinha: “Eu não posso dar o endereço, eu não posso dar o telefone.” Que empresa é essa? Essa é uma empresa tem responsabilidade com o público ou ela só tem responsabilidade com o bolso dela?

A conta vocês cobram da maneira que necessitam do dinheiro. Tem mês que você paga 200, tem mês que você paga 500, outro mês 600 e outro 400, que é uma falta de vergonha para nós.

Nós vivemos lutando para manter as nossas contas em dia, as nossas coisas em dia, agora vocês têm que ter responsabilidade.

Eu fui operado agora do coração, me abriram, e eu vim de lá para cá só porque vocês vinham aqui, porque isso é um absurdo! E não é de vez em quando, não, tem mês que são todos os dias. A energia falta de manhã e volta lá pelas três horas; no outro dia falta, outra vez liga no 0800 e eles já sabem, quando eles veem que é desta região, eles nem atendem mais. Isso é um absurdo! Você perde carne, você perde tudo.

Nós vivemos no mato, nós somos pequenos produtores, nós matamos o nosso frango, os nossos porquinhos, a nossa galinha, colocamos no freezer para levar para vender ou para levar para os nossos filhos. Deixamos no freezer, quando acontece isso, nós perdemos tudo! Você está entendendo? Eu perdi tudo isso que eu falei e eu tenho prova, está lá em casa, tem um bocado jogado lá. Se você quiser ver, eu te levo agora! Para que você nem gaste o carro da empresa, porque ela não tem condição de fazer isso, eu levo no meu carro e provo, eu tenho os vizinhos.

Eu não fui nem cobrar, você sabe por quê? Porque eu tive medo de mim, da falta de responsabilidade de vocês. Era isso que estava faltando para nós vocês virem. Por que vocês não vêm aqui? É porque vocês sabem, não querem ouvir a verdade, meu jovem. Vocês têm vergonha de ouvir a necessidade do público.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Agora começou a melhorar, porque antigamente nós não tínhamos nenhum representante nosso aqui, de um ano para cá que nós temos um assessor de um político aqui e já fizemos três Audiências Públicas e nós vamos brigar com a falta de respeito de vocês.

Eu vou descobrir o endereço de vocês, eu vou pegar a comunidade e nós vamos quebrar vocês no pau lá dentro, o dia que tivermos prejuízo, nós vamos cobrar de você, não é da empresa, não, é do administrador, porque vocês merecem isso, não são esses coitados que andam trepando em poste à noite, passam a noite se lascando e quando você fala com eles, eles falam: “Eu não tenho culpa.” Dois homens para esta região todinha, Deputado, para cuidar daqui. Você liga um amplificador, já vi, você chega aqui e não acha, coitado. Ele vai da Serra de São Vicente ao Brejinho, duas a três pessoas, Deputado, numa viatura só, para ver a irresponsabilidade da empresa.

As faixas são uma vergonha, se nós não fizermos, porque tem lugar que não podemos fazer a limpeza das faixas, porque é perigoso morrermos. Não podemos cortar uma árvore com a rede ligada. Por que é que eles não têm o respeito de vir aqui? A empresa não tem condições de pagar? Chega na comunidade: “vamos desligar e vocês fazem a limpeza”. Nós fazemos. Nós fazemos, tiramos tempo e vamos fazer.

Agora, tem que ter vontade de vocês. Eu quero pedir o endereço de vocês, como poderei encontrar vocês, porque vamos ter que resolver isso aí, meu jovem, porque se vocês não querem resolver com amor, quem sabe na dor de vocês ou nossa, vamos ter que resolver, alguém tem que resolver isso aí. Já pensou, tiveram quantas Audiências Públicas aqui que chamaram vocês e vocês não vieram aqui, é a terceira Audiência Pública que temos e, é a primeira que vocês vêm.

Eu só vim porque não estou aguentando mais, meu jovem. Entendeu? Eu estou lascado de doente, eu só vim para encontrar com vocês, porque vocês precisam ouvir a verdade e precisam ter respeito por nós todos. Eu quero o endereço, por favor, eu quero o endereço da empresa, eu quero dos responsáveis, porque quem tem que pagar é o responsável e não é o coitado que está subindo no poste.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Obrigado, Manoel.

O SR. MANOEL GILA – Obrigado, Deputado. Vocês me desculpem, porque o brasileiro, nós somos muito mansos, somos mansos. Vem nego lá do inferno, que nem essa empresa veio, vem lá do inferno...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Toma uma água, porque você já está ficando...

O SR. MANOEL GILA – Antes já era ruim, agora ficou pior, fazer uma desgraça conosco.

Dê-me o seu endereço, jovem, ou de quem for. Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Obrigado, Manoel.

Vamos ouvir agora o Lázaro Avelino Santos, da Comunidade São Sebastião; depois do José Mariano da Silva, Presidente da Associação de Moradores na Agrovila. Com a palavra, o Sr. Lázaro.

O SR. LÁZARO AVELINO SANTOS – Boa tarde a todos!

Ele está mais nervoso do que eu (RISOS).

Sobre a Energisa, o que nós temos a dizer na nossa comunidade é o problema do descaso. Realmente, é um descaso muito grande da Energisa quando se trata de atender o consumidor. Chegou um momento da nossa comunidade ficar até 72 horas sem energia. Na nossa comunidade tentaram fazer com que tivéssemos produção de leite, chegamos a produzir 20 mil litros de leite por mês. Hoje não produzimos nem 500! Por quê? Porque é um problema sério de energia,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

faltava energia, o resfriador não funcionava e perdíamos todo o leite. Isso foi dando um desânimo muito grande para os produtores. Hoje têm dois ou três produtores de leite, inclusive, foi até motivo de abaixo-assinado e esse abaixo-assinado nós chegamos a remeter ao Deputado Wilson Santos, recebemos a resposta da Energisa na questão de limpeza de faixa de servidão, eu acredito que eles tiraram fotografia de duzentos, trezentos metros de limpeza de faixa de servidão e nos mandaram, porque na nossa região essa limpeza não foi feita.

Outra coisa sobre a questão da Energisa é com relação aos picos de energia. Todos os dias, ininterruptamente, se não tivermos até dez picos de energia por dia, se tiver menos do que isso, eu estou mentindo. Já queimaram três bombas minhas por causa desses picos de energia. Aí fala: “Não, você leva a bomba para fazer o reparo que a Energisa paga.” Pelo amor de Deus! É gozar da cara do produtor!

Você tem que levar em três locais diferentes, para fazer o orçamento e esse orçamento para depois a Energisa pagar.

Vive sem água? Eu gostaria de saber quem é que vive sem água. Tem alguém que vive sem água? Porque o ser humano não vive. Esse é um problema sério. Por que é que queima a minha bomba? Porque o meu sistema é automatizado. Baixou à caixa, ela aciona automaticamente. Você, como engenheiro elétrico sabe como funciona. Com um pico de energia, a bomba vai para o pau. Esse é um problema sério.

Inclusive, no abaixo-assinado que nós fizemos, a minha esposa foi funcionária da Energisa, na época CEMAT, por 23 anos. Quando nós fizemos a nossa casa e pedimos para fazer a ligação nessa rede de energia, pôr mais um transformador, naquela época, eu acho que não está mais na energisa, um japonês chamado Okada, ele disse o seguinte: “Lázaro, nós vamos fazer com que você faça a baixa tensão - porque nós tínhamos duas casas no mesmo sítio – que o seu relógio nós ligaremos, porque nós não colocamos nem mais um transformador nessa rede de energia, porque já está saturada.”. Isso eu fiz! Depois que a CEMAT foi privatizada, na mesma rede que não podia colocar nem mais um transformador, porque éramos em torno de 60 consumidores, instalaram mais de 250 transformadores. Uma rede que estava saturada para 60 consumidores não podia colocar nem mais m transformador e colocam mais de 250 depois dela privatizada? Constantemente, a rede parte! Constantemente, a rede parte! O cabo rompe pelo aquecimento por causa do número grande de consumidores que tem a rede. É esta reclamação que temos.

Não adianta o SAC da Energisa lá em Fortaleza, no Ceará. Pelo amor de Deus! Por que não coloca em Mato Grosso? Quando você liga as respostas são aquelas mais variadas possíveis. Quando o elemento diz que foi a sua comunidade, que foi ao local e diz que não tinha nada a gente sabe... Na minha casa nós vemos até o carro passar. Quando vão fazer a vistoria vemos até o carro passar. Quantas e quantas vezes diz que passou e lá não tinha nada? Mentiram e não foram. Esse é o problema sério da Energisa.

Eu não estou culpando você! Eu não vou te culpar, não! Quando fui entregar o abaixo-assinado eu não podia entrar para entregar o abaixo-assinado. Eu não podia falar com o diretor. Tinha que ter audiência. Poxa vida, iniciativa privada tem que marcar audiência? O consumidor tem que marcar audiência para falar com o diretor da Energisa? É vergonhoso isso!

É esta a reclamação que eu tenho a fazer! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Obrigado, Lázaro!

Com a palavra, o Sr. José Mariano da Silva, Presidente da Associação de Moradores da Agrovila das Palmeiras.

Vamos lá, Presidente!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Ainda estão inscritos o Professor Marcos Gattas e o Rogério Major, que são os últimos escritos. Depois, ouviremos o Milton, Presidente da FETAGRI; o Vereador Hugo e o Padre João, claro.

O SR. JOSÉ MARIANO DA SILVA – Boa tarde a todos!

Primeiramente, quero agradecer a Deus por mais esta oportunidade de estarmos aqui representando a comunidade da Agrovila das Palmeiras; agradecer o Deputado que está, mais uma vez, aqui; e quero agradecer a todos vocês.

Quero ser rápido!

Deputado, eu só quero decifrar uma coisa, como o senhor falou, do Secretário que não veio, ele veio na primeira e na segunda não veio. Eu gostaria, também, que o Prefeito de Santo Antônio de Leverger mandasse alguém aqui para representá-lo.

Com isso, Deputado, o Prefeito de Santo Antônio de Leverger está dando um tapa na cara da comunidade. Por quê? Porque já vai para duas Audiências Públicas. Ele veio na primeira, mas na segunda ele não veio e, agora, não veio novamente. Por que o Prefeito de Santo Antônio de Leverger não mandou um representante, hoje? Eu tenho muitas perguntas para fazer para ele. Se tivesse algum representante dele aqui, eu iria falar para ele. Só que não tem! Eu iria falar em nome da comunidade!

Eu gostaria de saber do representante da Energisa sobre a nossa energia aqui. Com todo respeito a vocês, eu não sei se vocês entraram agora, a pior energia do Estado de Mato Grosso, pelo que eu sei, é em Agrovila das Palmeiras. É uma coisa de louco! Coitado dos cachorros da Agrovila! O pessoal está amarrando todos os cachorros, porque eles não podem mijar no pé do poste que a energia vai embora.

Eu gostaria de saber de vocês o que podem fazer para ajudar a nossa comunidade, porque eu, como Presidente da Associação de Moradores aqui, sou uma pessoa pisada. Como vocês mesmos veem, eu sou adversário do Prefeito, não tenho vergonha de falar.

Outra coisa, eu aproveito o Vereador que está aqui para citar sobre essa iluminação pública aqui na Agrovila das Palmeiras. Pelo que eu sei, eu vou deixar para o senhor responder, todos pagam taxa de iluminação pública. Já vai para 2 anos... Se eu estiver mentindo, vocês podem falar. Já vai para 2 anos que não tem iluminação pública aqui na Agrovila das Palmeiras.

Eu queria fazer esta pergunta para o Prefeito ou para algum vereador dele, se aqui estiver, ou para algum representante: se é ele que vai devolver esse dinheiro à população, pois, todos pagam sua taxa ou se é a Energisa ou se é o Prefeito que vai devolver, porque não tem iluminação pública aqui e todos pagam sua taxa. Eu pago da minha casa, pago da outra casa nossa ali, pago da chácara no Taquaral, pago da Associação que é a comunidade que paga.

Eu gostaria de saber se são vocês que terão a possibilidade de devolver o dinheiro para a comunidade da iluminação pública ou se é o Prefeito? Porque pelo o que eu sei, que alguns vereadores passaram para mim, é que a Energia repassa para a Prefeitura, já repassou, quase meio milhão de reais de iluminação pública e não temos iluminação pública aqui, na Agrovila das Palmeiras.

Eu queria falar isto cara a cara para o Prefeito. Eu queria falar, mas já é a segunda vez que ele não vem aqui.

Então, Vereador, eu conheço o trabalho do senhor. Sei que o senhor pode cobrar isso, terça-feira, na Câmara. O senhor pode ver esse negócio para nós fazendo favor.

E tem mais, Vereador, quero aproveitar que o senhor está aqui...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Só para vocês terem uma ideia, não sou eu que estou sendo massacrado, não. Quem está sendo massacrado são vocês, os moradores. Aqui é o seguinte: eles passaram a máquina, desceram com a máquina foram para o nosso amigo para fazer o carnaval e não passou em frente a minha casa. A prova está ali!

Só que é o seguinte: se o Prefeito quiser passar, bem; se não quiser passar, é problema dele. Mas é o seguinte: ele não está pisando em mim, não. Eles estão pisando em cada um de vocês. O Prefeito de Santo Antônio de Leverger está pisando, porque tem quase 30 dias que está ali e eles não passam em frente de casa. Hoje, 05h da manhã, eu estava saindo de casa para ir para Cuiabá, já recebi reclamação na porta da minha casa. Teve um cidadão que foi lá e falou: “Mariano, é o seguinte: eu pedi para tampar o buraco ali e a equipe do Prefeito...”...

Eu não sei se o Prefeito está sabendo ou se o Secretário de Obras está sabendo, mas devem estar sabendo.

“...Não passou a máquina ali porque eu sou adversário dele. E aí? Eu sou adversário, porque ele não está fazendo as coisas corretas, quero deixar isto bem claro.

Então, a partir da hora que o senhor, Deputado, seja quem for, “a”, “b” ou “c”, chegar à Agrovila das Palmeiras e fizer o bem à comunidade... Não precisa fazer nada para mim, não. Graças a Deus, eu nunca fui à Prefeitura de Santo Antônio de Leverger pedir um centavo nem para o Prefeito e nem para Vereador. Eu nunca fui! Para mim eu nunca fui! O nosso vereador está aqui de prova. Eu nunca fui pedir pra mim. Eu posso pedir para vocês, porque, graças a Deus até hoje, nunca precisei de um centavo da prefeitura.

Mas quero deixar bem claro que continuarei cobrando do Prefeito, dos vereadores, do Deputado Wilson Santos que está aqui presente, porque o que tiver que falar é na cara da pessoa. Eu não tenho o que esconder de vereador, nem de prefeito e nem de representante, nem nada, porque sou uma pessoa de peito aberto, não tenho nada a temer.

É o seguinte, gente: se o Prefeito de Santo Antônio de Leverger quiser passar a máquina na frente da minha casa, ele não vai passar para mim, não. Ele vai passar para a comunidade, porque não sou só eu que uso ali em frente.

Já pensaram o cara passar com a máquina, não sei se foi o Secretário que mandou ou o representante que mandou, descendo ali e não passaram em frente da minha casa? Por que isso?

Eu acho muita falta de respeito, muita falta de consideração da equipe do Prefeito de Santo Antônio de Leverger com o Zé Mariano, porque, hoje, estou como Presidente da Associação, porque foi a maioria da população da Agrovila que me colocou. Porque eu estou aqui hoje, mas se amanhã ou depois a população chegar e falar para mim: “Mariano, eu não quero você como Presidente da Associação”, estou fora. Saio de braços abertos. Do jeito que entrei, eu saio.

Então, quero deixar isso bem claro. Queria falar isso para o Prefeito.

Gostaria que o senhor olhasse para nós esse problema da energia e respondesse sobre a iluminação pública: quem vai ter a possibilidade de pagar; se a população tem o direito de receber esse dinheiro de volta, que todo mundo paga a sua taxa há dois anos, ou como é que tem que fazer? Ou vocês têm que falar: nós vamos liberar a iluminação pública, não vai ter mais, acabou e pronto.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Presidente, iluminação pública é município.

O SR. JOSÉ MARIANO DA SILVA – Sim!

Deputado, eu sei, só que já estou cansado de cobrar lá! Os Vereadores, como o Vereador Ugo Padilha, estão cansados de cobrar e ninguém faz nada. Gostaria de saber de vocês.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Mais uma pergunta rapidinha do nosso amigo policial.

Eu sei do trabalho de vocês, a necessidade que vocês passam aqui na região, só que é o seguinte: a população está me procurando: “Mariano, o destacamento da polícia está ou não está fechado?” Eu falei: Pessoal, não está fechado. Nós vamos ver o que podemos fazer.

Deputado, o senhor poderia ver isso, o Vereador Ugo Padilha, se tem como dar uma assistência a mais para o nosso policial daqui, porque, com todo respeito, aquele destacamento ali precisa ampliar. Não estou puxando saco de ninguém, o que tenho que falar, eu falo. Se estiver errado, vocês me corrijam. O que acontece? Os policiais que vêm de lá para cá têm que ter um lugar legal para ficar. Do jeito que está ali, o trem está meio bagunçado.

Então, Vereador, nosso Deputado, eu gostaria que vocês dessem uma olhada também nesse lado da segurança nossa aqui, porque conheço muito bem a necessidade deles, estou acompanhando o dia a dia e os senhores mesmo sabem.

Pessoal, muito obrigado! Peço desculpa a todos vocês. Se eu magoei vocês, desculpem-me! A minha opinião é essa, é cobrar, continuar cobrando do a quem doer.

Quero deixar uma mensagem: sempre temos que fazer o bem sem olhar a quem.

Muito obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado, Presidente José Mariano.

Vamos ouvir agora o engenheiro Manoel, para que possa responder ao Manoel Gila, ao Lázaro e ao Presidente da Associação de Moradores aqui da Agrovila das Palmeiras.

O SR. MANOEL OLIVEIRA - Pessoal, quero deixar claro que a iluminação pública, realmente, é responsabilidade do município, a instalação e manutenção dela, desde 2015. Isso já está na Resolução. A Energisa apenas faz a cobrança na conta de energia referente a taxa de iluminação pública. Essa taxa, como o senhor mesmo disse, é repassada para os municípios fazerem o que bem entender com ela, com a receita da iluminação pública.

Quanto às reclamações sobre picos de energia e falta de energia em tempo de chuva, vamos registrar todas essas reclamações da Agrovila das Palmeiras. A nossa equipe técnica vai avaliar como melhorar o atendimento da melhor forma e vamos avaliar as ações preventivas para resolver esse problema.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Com a palavra, o Rogério Major, Assessor Pedagógico no município.

O SR. ROGÉRIO MAJOR – Boa tarde a vocês que estão aqui!

Nosso amigo Deputado, parabéns, mais uma vez, pela iniciativa! Acredito que senhor deve ter o umbigo enterrado aqui na nossa região, porque, graças a Deus, está sempre presente conosco.

Não adianta ficarmos falando, chovendo... Eu só vou reforçar um pouco a questão da energia. Nós temos aqui muitos problemas com a energia. Temos o problema da água na Agrovila e temos, também, o problema da energia, tanto da água quanto a energia para nós.

Aqui falta muito, mas falta muito, Deputado e tem muitas oscilações. Inclusive, queima equipamentos constantemente aqui. Eu tenho um processo contra a Energisa de um equipamento meu que queimou, montei esse processo e recebi o retorno deles dizendo que não procede isso. Falou que não procede.

Falta energia aqui, gente? Falta? Cai e volta sempre?
(A PLATEIA RESPONDE QUE SIM).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

O SR. ROGÉRIO MAJOR – Pois é. A Energisa me respondeu, no processo que tenho com ela, que aqui não acontece isso.

Isso eu gostaria de colocar para o senhor. Sei que o senhor não é o responsável, mas pode ser a pessoa para estar buscando meios para arrumar isso aí.

Eu tenho informação que o problema nosso é essa rede que vem de Jaciara, que é uma rede muito antiga, e aqui cresceu muito e eles não expandiram, não fizeram os ajustes que deveriam ser feitos, Deputado. Mas eu vi agora uma rede que vai por Barão de Melgaço, do Edgar para cá, acho que são 13 quilômetros, se não estou enganado. Acredito que a Energisa tinha que fazer um estudo - aí eu peço a ajuda do Deputado, do Ugo, que está aqui também - para que possamos ampliar essa energia.

São 13 quilômetros, Deputado, aí acabarmos com essa situação que vem de Jaciara, que é uma energia antiga e não tem condições.

Nós fomos ligar um transformador aqui na escola, a Energisa não quis ligar o transformador porque a rede na Agrovila não comporta esse transformador. E aí você imagina o porquê disso.

Então, quero pedir a sua compreensão para que olhe com atenção para resolvermos essa situação. Acredito que para resolver é só puxando essa energia, aumentando esses 13 quilômetros, trazendo aqui.

Leve os nossos agradecimentos ao Tenente-Coronel Ruyter. Dias atrás tivemos um problema aqui, ligamos para ele, e ele prontamente nos atendeu. Então, leve as nossas consideração a ele!

Muito obrigado a todos! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Obrigado ao Rogério Major.

Agora, mais um inscrito, o Marcos Gattas.

O SR. MARCOS GATTAS – Boa tarde!

O meu nome é Marcos Gattas, mais conhecido por Marcão, fui Professor da Universidade Federal de Mato Grosso na área da economia.

A energia é um indicador de desenvolvimento, mas sem energia não existe desenvolvimento. O que tem acontecido aqui, além da energia ser uma base para acomodação social, também, sossego, descanso e lazer, está faltando energia e muito.

Mas eu não vim falar sobre a falta de energia, porque já falaram aqui e quase debateram, vim avisar todo mundo que pode por a mão no bolso para pagar mais energia a partir de agora, dos próximos meses, porque vai aumentar a conta dos governos, dos desmandos anteriores que tentaram botar na conta da energia, baixar artificialmente, em primeiro lugar.

Segundo, Bolsonaro já avisou que vai retirar os subsídios. E aqui tem na conta de luz, convênios e serviços, duas rubricas, lançamento de serviços, contribuição para iluminação pública e devolução de subsídios. E vai acabar esse subsídio. Energia rural não vai ter mais, ele já falou. Então, vocês vão pagar mais. Nós vamos pagar mais. Pode preparar o aumento da conta.

Vamos voltar agora à iluminação pública que o nosso colega já falou. Veja bem, no mínimo imoral, Deputado. Por que é imoral? Porque estão nos cobrando iluminação que não temos. E toda vez que nos pagamos a iluminação pública para a Energisa, que vai devolver para a Prefeitura, que vai gastar com manutenção e iluminação pública, quem está ajudando a pagar luz e manutenção no Município de Santo Antônio de Leverger, na Capital de Santo Antônio, são vocês, somos nós!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Então, estamos ajudando pagar a energia da iluminação pública de Santo Antônio de Leverger, do Município de Santo Antônio de Leverger.

É imoral, Sr. Deputado.

O que precisamos fazer e qual é a minha, acredito que em nome de alguns, solicitação: primeiro, que seja suspensa a cobrança de iluminação pública da Agrovila, pelo menos até que Agrovila tenha iluminação pública.

Essa é a minha, e acredito que de boa parte aqui, reivindicação sobre iluminação pública.

Era só no tocante Energisa.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – *Ok.*

Neco. O Neco é o último a falar.

Estamos encerrando a nossa Audiência Pública muito produtiva, agradecendo todos que nos atenderam nosso convite.

O SR. MANOEL VILMAR DA CRUZ (NECO) – Quero agradecer todos que participaram da Audiência Pública.

O pessoal da Energisa levou bastantes reivindicações.

Também quero agradecer, Deputado Wilson Santos, o pessoal da Energisa, que imediatamente atendeu seu ofício e instalou em Santana do Taquaral a iluminação numa área urbana, ainda está começando, de muita importância.

Ao pessoal da Energisa, pessoal que está aqui, pedimos desculpas pelos amigos que falaram, eles têm direito ao desabafo, mas também faz a sua parte.

O Deputado fez o ofício, é claro, onerou, ônus do bolso dele, a parte dele para pagar a empresa que fez para nós, mas vocês foram de pronto-atendimento, o pessoal nos atendeu bem, instalou, chegou num dia e dois dias depois já estava com a energia instalada, funcionando.

Também temos que agradecer o trabalho feito.

No mais, quero agradecer a presença de todo mundo que participou da Audiência Pública.

Quero deixar também um ponto de interrogação, porque estive junto com o Deputado Wilson Santos na Secretaria Estado fazendo aquilo que pediram sobre a área urbana aqui, não fomos atendidos, mas o prefeito fez, junto com o Deputado, o compromisso de estar presente aqui.

Como Deputado falou, o Secretário não veio e não mandou ninguém.

O Ugo Padilha está aqui, está de parabéns, porque, dos 11 vereadores, você é ousado, você tem coragem de estar presente.

Deputado, na terça-feira entreguei os 11 ofícios em mãos, fiz questão de entregar em mãos, o Ugo Padilha honrou, está aqui, os demais conversaram, me ligaram, disseram que estariam presentes e não estão aqui.

Em nome do pessoal da Agrovila, deixamos esse ponto de indignação, porque confirmaram conosco e não cumpriram.

No mais, muito obrigado a todos vocês. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado, Neco.

Agradecemos muito o Neco, porque foi ele que mobilizou, que saiu de casa em casa, associação por associação, foi ao padre, foi à Prefeitura, foi à Câmara, foi aos assentamentos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Foi um trabalho de mais de 30 dias para que pudéssemos realizar esta produtiva Audiência Pública que está sendo feita hoje.

Com a palavra, o Vereador Ugo da Conceição Padilha, meu professor da Escola Técnica no século passado. (RISOS)

O SR. UGO DA CONCEIÇÃO PADILHA – Boa tarde a todos e todas!

Cumprimento a mesa em nome do meu querido aluno, Deputado Wilson Santos, o Frei e todos que estão aqui.

Cumprimento a Polícia Militar, os moradores da Agrovila das Palmeiras em nome do Sr. Alan, nosso amigo, Chicão, Rogério, o Beto, enfim, todos que estão aqui.

Beto, parabéns!

Eu acompanho essa luta sua aqui, participei de todas as Audiências Públicas aqui na Agrovila das Palmeiras, fizemos uma lá no Taquaral. Está lembrado? Faz tempo.

Cumprimento o José Mariano, Presidente, e todos os presidentes das associações.

Eu quero parabenizar a organização deste evento, o nosso amigo Deputado Wilson Santos.

Deputado, conhecemos o seu trabalho e a Agrovila e região está de parabéns com um padrinho como o Deputado Wilson Santos, porque ele é aquele ferrenho, vai atrás, corre, luta, briga e tal.

Sabemos que regularização fundiária é complicado, não é Beto? Você sabe, é difícil, é bastante moroso.

Nós que somos do Bocaiuva, nasci ali, o meu umbigo está enterrado lá, também batalhamos com regularização fundiária pelo INCRA e após mais de dez anos conseguimos. Lá todo mundo tem o seu título, a escritura.

Aqui também começou a distribuir, algumas pessoas do Taquaral já estão recebendo.

É isso. Não pode desistir.

Os senhores irão receber esse título, que é o documento que prova que vocês são os donos da terra, com o Deputado correndo atrás, cobrando. Tem que ser assim.

Rapidamente aqui, para não atrasar, porque têm outros para falar, parabenizar o Neco da Bandeirantes, que está sempre mobilizando, correndo atrás. Nós acompanhamos o seu trabalho.

Sobre a Energisa, a iluminação pública, quero dizer para os senhores o seguinte: a iluminação pública é de responsabilidade do município. É responsabilidade do município. É até bom que a Energisa tem uma propaganda nas emissoras de rádio já explicando isso aí, que é de responsabilidade do município.

Eu quero também dizer aqui que estou aqui pela Câmara, não sou mais o Presidente, saí no dia 1º de janeiro, entrou o novo Presidente, que é o Dudu, mas ele não pode comparecer e estou aqui. Não tenho medo de conversar, de enfrentar a comunidade, estou presente aqui na Agrovila constantemente, participando das reuniões, das Audiências Públicas, estou aqui direto.

Da iluminação pública, a Energisa tem repassado para Prefeitura, sim. Tem repassado.

Enquanto Presidente, fiz um ofício para a Energisa solicitando informação a respeito do repasse e eles me enviaram que até o mês de agosto e setembro do ano passado foi repassado mais de 500 mil reais para Prefeitura.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Cobrei da Prefeitura, mandei um ofício pedindo explicação disso, tenho o documento pedindo a iluminação pública aqui, eu vim aqui fiz um vídeo, Rogério, sobre a escuridão daqui, de Porto de Fora e de várias regiões, e não me responderam nada.

O que é que eu fiz? Protocolei no Ministério Público, porque também fizemos lá, Deputado, a Câmara aprovou, por meio de uma lei, que a prefeitura teria que ter uma conta própria para que esse recurso fosse para essa conta própria, porque não pode desviar para outra finalidade, tem que aplicar na iluminação pública, substituição de lâmpadas e consertos da iluminação. Tem isso aí.

Estamos aguardando a resposta do Ministério Público. Se dentro desses próximos dias não tivermos uma informação, vamos repetir esse ofício, mas foi protocolado no Ministério Público, a respeito do que é feito da taxa de iluminação pública.

Fizemos isso. Está bom?

Quero dizer para os senhores que estamos lá na Câmara à disposição. Podem contar conosco.

Parece-me que será elaborado um projeto a respeito de uma parceria, alguma coisa assim, com a prefeitura e ela precisará de nós lá na Câmara. Estaremos lá correndo atrás e ajudando.

Eu quero mais uma vez agradecer e parabenizar os senhores.

Mantenha unida a comunidade, e assim ir em busca das demandas dos senhores. Só assim vocês irão conseguir aquilo que vocês desejam.

Muito obrigado!

Um abraço a todos! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Vamos ouvir o Nilton José de Macedo, Presidente da FETAGRI, federação estadual que congrega todos os trabalhadores da agricultura familiar.

Com a palavra, o Sr. Nilton José de Macedo.

O SR. NILTON JOSÉ DE MACEDO – Boa tarde, Deputado Wilson Santos!

Muito obrigado pelo convite. É uma grande satisfação estarmos presentes; e, em seu nome, cumprimento todos os componentes da mesa.

Especialmente, agradeço cada um e cada uma de vocês que estão presentes.

Como o Deputado já falou, eu sou Presidente da FETAGRI, Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Mato Grosso, representamos mais de 150 mil famílias de agricultores familiares do Estado de Mato Grosso e ainda os assalariados rurais. E, no Município, quem representa nós é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O Sr. Manoel está ali, eu gostaria que o senhor ficasse em pé para que todos o conheçam, é o novo Presidente.

Eu fiz questão, eu gosto de participar de Audiência Pública, que a Audiência Pública, Deputado, traz informação e leva informação. E você também constrói cidadania. Então, é muito importante Audiência Pública, eu fico muito feliz em participar.

Um dos compromissos nossos aqui, hoje... O nosso Presidente está aqui, nós temos dificuldade de o Sindicato estar em todas as comunidades deste Município, que é um Município muito complexo, o Presidente sai de lá... Para ele vir aqui, tem que ir a Cuiabá e retornar aqui, ou vir por Barão de Melgaço, sem dizer daqueles que estão no Município de Rondonópolis, ainda é mais complicado, na divisa é melhor ir a Rondonópolis e outros em Campo Verde.

Estamos com a nova gestão do Sindicato para que comecemos de fato atuar nas comunidades.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Eu estava vendo a questão da Energia. Eu acho que vocês têm que entrar com um processo coletivo, individual talvez vocês não consigam muito, mas quando consegue é no coletivo, que é uma determinada região – e não é chamando atenção do representante que está aqui, porque ele não tem culpa disso –, já fizemos algumas ações dessas dentro do Estado e deu um bom resultado, verão que é toda a região e é aquela comunidade que está com esse problema, aí conseguiremos avançar, principalmente, nas ações.

Outra questão é da iluminação pública, eu acho que o Vereador foi feliz na sua fala, tem outro Vereador que falou e que representa a comunidade, eu acho que vocês, como Vereadores, como representante na legislação do Município, vocês têm como suspender até que seja feita a estrutura aqui, vocês têm poder para colocar isso aí lá, principalmente na Sessão e debater isso.

Eu quero... Assim, para que serve a Federação e para que serve o Sindicato? Nós somos parceiros da EMPAER, do INCRA, do INTERMAT, principalmente, da Assembleia Legislativa e do Governo do Estado. A EMPAER, agora estamos com uma nova gestão, que era para fechar, agradeço os Deputados que não deixaram extinguir a EMPAER, principalmente, por solicitação da Federação.

Agora estamos com uma ação junto com o Alemão, que é o Presidente da EMPAER, agora será a EMPAER no campo, porque ela tinha dificuldade, e tem dificuldade ainda. Uma das principais ações que acontecem no Município, com o aumento da produção... Produção de qualidade e a comercialização dependem da assistência técnica, que é um grande problema que estamos tentando resolver.

Eu já tive oportunidade de andar nesta região, não como Sindicato, vim com a minha família, visitei vários sítios na comunidade e na comunidade vizinha, e temos vários problemas, um dos problemas realmente é a infraestrutura. E, quando se trata da infraestrutura, é o momento, o Sindicato e a Federação podem ajudar nesse processo de sentarmos, de fato, com o Executivo do Município.

Não é porque o INCRA não tem recurso, é porque o Município está inadimplente, aí não pega o recurso, Deputado, a culpa é do Município, porque o Município está inadimplente, talvez não seja da gestão de agora, mas que seja de outra gestão. Então, a sociedade e a comunidade não podem ser penalizadas por isso, o Município tem que achar uma saída e dar condições mínimas para que a produção seja escoada, não só produção mas também para que vocês possam se deslocar.

Outra questão que cabe ao Município quando fala de infraestrutura, é a questão dos sindicatos. Quem participa dos conselhos deliberativos do Município? Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Conselho da Saúde e Conselho da Educação. Quem da comunidade participa? Os presidentes das associações? Ninguém participa? É importante que participem, é lá que são debatidos, discutidos e levados esses problemas para que possamos discutir.

Se vocês não podem ir, aí é importante achar uma saída de como organizar um grupo de vocês para estar junto com o Sindicato, que manda demanda, porque é o Sindicato que representa todos nesses conselhos e está lá para debater. Precisamos disso.

Um dos problemas mais críticos que vimos aqui: tem a estrutura, tem a questão da comercialização, da produção, temos um problema sério que se chama PRONAF, o crédito para que vocês comecem a produzir.

Vocês têm um financiamento barato, e nós podemos ajudar, principalmente, sentando com a Superintendência do Banco do Brasil, vendo os processos que... Eu tenho certeza

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

que a EMPAER tem processo que está parado dentro da agência do Banco do Brasil. Eu tenho certeza que nós vamos liberar mais rápido possível isso aí.

Outro problema sério que não foi questionado pela comunidade é a questão da habitação. Habitação rural. Eu visitei vários aqui e é um problema sério aqui na comunidade, não só nessas comunidades, como em todas existem.

Nós temos o PNRH, que é o Programa Nacional de Habitação Rural, e ele foi suspenso desde 2014. Retomou, mas ainda não atende. Nós precisamos, Deputado, principalmente da Assembleia Legislativa, pegar o Programa Nacional que já existe, e como faríamos para que de fato ele seja implantado no Estado de Mato Grosso? Porque são muitos.

Nós temos uma demanda de 07 mil habitações, pessoas assentadas do INCRA, suspendeu, antes o programa era via INCRA, suspendeu para ser o Programa Nacional de Habitação Rural, e depois parou, e essa famílias estão desassistidas. Há muitas que ainda vivem naquele barraquinho em alguns assentamentos de quando ainda estavam acampadas. E aqui não é diferente. Nós precisamos retomar e fazer também. E do mesmo jeito o PNAE, o PAA, que é o programa da merenda escolar, que no mínimo tem que ser 30%.

A questão da regularização fundiária, estamos juntos com o INCRA, estamos debatendo, temos convênio, podemos ajudar nesse processo.

Eu vi aqui comentando a questão de cortar madeira. Nós temos que ter muito cuidado. A questão da regularização fundiária é uma coisa, questão de regularização ambiental é outra, e esse dá problema muito sério, inclusive dá cadeia.

Nós temos, e aí o próprio Deputado pode ajudar, a Federação pode ajudar nisso, há muitas madeiras presas no Estado, inclusive em Cuiabá, e em Santo Antônio de Leverger deve ter também, que podem ser reivindicadas para que sejam feitas essas reformas. O projetinho da reforma na habitação, a Associação encaminha para o Sindicato e a Federação, solicitamos para que vocês sejam atendidos.

Então, um pouco de tudo isso, bem rapidamente eu quero chamar a atenção de vocês que nós, tanto o PRONAF, PAA, PNAE, Habitação e, principalmente, a Reforma da Previdência é o que está mais pegando neste momento.

E aí eu quero agradecer ao Deputado, dia 15 de abril, às 14h, terá uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa para debater esse tema, porque principalmente os segurados especiais estão sendo prejudicados. Primeiro, ele comprovava a sua atividade de 15 anos e agora ele tem que provar, por meio de contribuição, 20 anos.

Muda totalmente. Comprovação é você dizer que ele está na atividade; contribuição, por meio de uma nota fiscal, ele tem que contribuir lá do recolhimento do INSS, com 600 reais por família/ano; e se ele for sozinho, são os mesmos 600 reais, que estará ele sozinho; 5% do salário mínimo, por meio da sua comercialização de nota fiscal, ou ele paga a diferença disso. Nos cálculos que fizemos, ele tem, por meio de nota fiscal, que vender a sua produção - é de venda não é de compra mais - e comprovar, tem que comercializar 40 mil por ano. Sem dizer a miserabilidade, antes eram 65 anos, quando ele começava a receber um salário mínimo.

O que está proposto, que será debatido na Audiência Pública, lá na Assembleia Legislativa, no dia 15 do mês que vem, a proposta que estamos levando para lá é que a partir dos 60 anos, um trabalhador rural que talvez seja agregado, ou talvez more de favor num sítio, se ele provou a miserabilidade dele, que ele comece a receber um salário mínimo, porque para muitos deles, Deputado, “malemá” dá para comprar um remédio para sobreviver. Então, a nossa proposta é essa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

A outra questão também é que não seja simplesmente a comprovação por meio de produção, de contribuição, que continue também a questão da comprovação de atividade rural. Porque se ele começar a comercializar agora, provar a contribuição dele agora, ele terá que provar 20 anos? Então, daqui a 20 anos que ele vai se aposentar, e, talvez, a aposentadoria dele seria agora ou no ano que vem.

Então, seria desse momento para trás, em que a lei permite, que a lei está vigente, para que ele comece a contribuir, prove como atividade rural, que a lei vigente é essa. E a partir da aprovação da previdência, aí ele comece a provar por meio da contribuição dele. Sem dizer vários outros fatores que serão discutidos também.

Eu quero deixar o convite, pedir a vocês e ao presidente do sindicato, que organize, por meio do vereador, de alguém; principalmente, se conseguíssemos os presidentes das associações sentar uma vez por mês com o sindicato e debater os problemas que têm aqui, eu tenho certeza de que avançaremos cada vez mais. A FETAGRI está disponível, sempre falei na Assembleia Legislativa, estamos lá de portas abertas, no que depender de nós para o meio rural, estamos lá para defender vocês e debater de fato aquilo que é de interesse de vocês. (PALMAS)

Quero agradecer a Deus, pedir a Deus que ilumine cada um e cada uma de vocês; agradecer a todos que estão presentes, é uma grande satisfação estarmos aqui junto com vocês.

Muito obrigado, gente. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Muito obrigado.

Eu sugiro até às lideranças locais que tragam aqui o Milton um dia para só falar do que a FETAGRI pode ajudar vocês. A FETAGRI é uma federação que tem mais de 80 anos de existência. Ela tem CNPJ, goza de prestígio, ela pode ajudar muito nessa questão da habitação rural, ela tem muito conhecimento, como é que isso pode andar, nessa questão da madeira, como é que vocês podem conseguir madeira gratuitamente para reformar escolas, creches, pontes. É uma universidade a FETAGRI do trabalhador rural, da agricultura familiar.

Assim como o pessoal da soja tem a APROSOJA, os grandes produtores de soja e milho criaram a APROSOJA; assim como o pessoal da pecuária tem a FAMATO; assim como o pessoal do algodão tem a AMPA; o agricultor familiar tem a FETAGRI, que aqui na comunidade é representada pelo Sindicato Rural! Tem o PRONAF, que é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, faz empréstimos tanto para investimento quanto para custeio, juros subsidiados, baixinhos. Isso foi criado lá em 1995, 1996, lá atrás ainda, pelo Governo Federal. Enfim, é uma sugestão de quem está nessa estrada há muito tempo. A FETAGRI pode ajudar muito vocês.

Ouviremos agora o Major, representante da Polícia Militar; depois o representante do Corpo de Bombeiros e depois o Padre João, para encerrar.

Por favor, Major.

O SR. DALLACQUA (MAJOR) - Boa noite a todos!

Boa noite, Deputado Wilson Santos, na sua pessoa peço permissão para cumprimentar todos os presentes.

Eu sou o Major Dallacqua, fui designado para representar o Comandante da Companhia Independente de Santo Antônio de Leverger.

O Tenente-Coronel Ruyter entrou em gozo de férias, e nós viemos aqui para ouvir os anseios da população e tentamos trazer um pouco de tranquilidade naquilo que estiver ao nosso alcance.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Ok!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

O senhor foi o mais objetivo.

Eu vou passar a palavra para o representante do Corpo de Bombeiros...

Já foram feitas as observações e o senhor já anotou, que é a melhoria das instalações do destacamento, que o Mariano pediu a melhoria das instalações do destacamento...

Você quer falar, Gattass?

Com a palavra, o Professor Marcão.

O SR. MARCOS GATTASS - Eu já tinha me apresentado e falei que sou conhecido como Marcão.

Eu me aposentei da Universidade e vim tomar conta de uma fazenda aqui, propriedade da minha mulher que ela recebeu por herança. Quando eu cheguei, no início, não tinha posto policial, mas eu vi que foi montado um posto, sempre teve policial militar no posto. Inclusive, quando eu ia embora num final de semana, fui parado por uma viatura, levantaram o meu nome e o nome da minha mulher e anotaram num caderno, eu falei: está chegando a segurança na Agrovila das Palmeiras.

Mas, no ano passado, do dia 16 de dezembro até dia 28 de fevereiro, começamos a perceber que já não havia tantos policiais aqui, eventualmente tinha policial. Depois fiquei sabendo os motivos por que eles não estavam podendo vir cumprir a missão deles aqui. E começou a sumir, começou a haver furtos na minha propriedade. Nesse período, furtaram seis animais, não achamos a ossada, não sabemos para onde foi. Eu fui buscar socorro para ajudar a descobrir o que está acontecendo. Tem pessoal procurando, me ajudando a localizar.

No dia que eu percebi a falta dos animais, Deputado, Major, eu tive que solicitar que a minha mulher largasse o serviço dela lá em Cuiabá, para ir acompanhada do meu filho para ela não ir sozinha até a delegacia, porque se ela foi à delegacia foi só para fazer esses B.Os, para fazer o B.O do desaparecimento do furto dos animais que eu tive na minha propriedade.

Por que estou aqui? Eu venho falar da segurança, mas eu venho reivindicar ao Deputado, não ao Major; primeiro, eu estou sabendo já de fonte segura, de autoridades da Polícia Militar, que voltará o policiamento para cá mais vezes. Eles voltaram a receber viaturas, venceu o contrato do Governo do Estado, que ficou sem viatura, inclusive, a Polícia Militar, e agora entrará novo efetivo de policial militar e aqui também será servido. Mas há um problema mais sério aí, porque está falhando a segurança para nós, além de ter aumentado nesse período do furto dos meus animais na fazenda, tem ocorrido mais delinquência e pequenos furtos na região. É porque a Polícia Militar não está sendo informada do que está ocorrendo aqui por meio dos boletins de ocorrência, porque o povo aqui não faz os boletins de ocorrência na Polícia Civil. E a Polícia Militar trabalha informada pelos boletins de ocorrência.

Deputado, Santo Antônio de Leverger está sem delegado e nós temos dificuldade de fazer o Boletim de Ocorrência.

Nós estamos solicitando, em nome de boa parte dos moradores da região da Agrovila das Palmeiras, que seja, primeiro, colocado junto da Agrovila, ao lado da Polícia Militar, um escrivão da Polícia Civil e um computador para ser utilizado pela Polícia Civil para fazer os boletins e pela Polícia Militar que não tem nem computador aqui. É o primeiro que nós precisamos, Deputado.

Segundo, nós estamos sabendo que já está para ser encaminhado e nomeado aqui para a Delegacia de Santo Antônio de Leverger um delegado idôneo, no seu trabalho com grande capacidade de integração com a Polícia Militar, que é o Delegado Félix.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Nós precisamos que o nosso Deputado Wilson Santos, que sempre trabalhou a favor dos mais humildes, quando fez a estrada, quando ele era Prefeito, a Avenida das Torres, não foi para rico, beneficiou todos os bairros de pessoas humildes que têm no trajeto da Avenida das Torres. Ele só foi Deputado à primeira vez, porque desde aquela época já trabalhava a favor dos pobres, dos mais humildes, dos mais simples.

Eu não estou puxando saco, não, é Wilson Santos esse que eu estou falando aqui!

Deputado, precisamos que o senhor nos auxilie na aceleração da nomeação do Delegado, Dr. Félix, e na vinda para cá de um escrivão para fazer Boletim de Ocorrência, para ficar permanentemente na Secretaria de Segurança da Polícia Civil.

Essa é a nossa reivindicação em relação à segurança.

Quanto ao pessoal da Polícia Militar, eu agradeço, porque todos eles, desde que ocorreu esse fato do desaparecimento de animais, foi muito bem recebido e tratado por todos os policiais, de soldado a tenente-coronel.

Eu agradeço, Major. Muito obrigado!

Inclusive, Deputado, se me permite, eu convidei o Major, por meio do Tenente-Coronel Ruyter, para comparecer aqui, hoje, para acompanhar a Audiência Pública onde nós faríamos essas solicitações.

Muito obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Major, eu acho que Professor Marcão falou por todos nós.

O SR. MARCOS GATTAS – Muito obrigado!

O SR. DALLACQUA (MAJOR) – Professor, muito obrigado pela atenção do senhor e o reconhecimento do trabalho dos nossos policiais.

Deputado, só temos que agradecer a credibilidade e a confiança também de nos colocar em conjunto na mesa, para podermos lado a lado ombrearmos e resolvermos os problemas da comunidade.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Ok.

O nosso representante da EMPAER quer falar? Dispensa? Com a palavra, a EMPAER.

Pessoal, temos até meia-noite, depois de meia-noite, infelizmente, temos que apagar a luzes e ir embora.

O SR. JOSÉ GIVALDO – Está certo. O nosso Deputado já deu a deixa, vamos falar muito, falar muito pouco.

Eu quero só agradecer a presença de vocês, agradecer o convite do nosso Deputado, estamos aqui representando o nosso Presidente, o conhecidíssimo Alemão, ele não pode vir. Estamos sabendo que a EMPAER está passando por uma mudança, ele está reestruturando a EMPAER.

Temos um escritório lá na sede do município e temos outro aqui, agora temos um outro colega no presídio, que é da área de pesquisa, ele está fazendo uma pesquisa com capim para fazer confinamento. Então, deixamos a nossa empresa à disposição.

Agradecemos também o nosso Presidente Nilton que falou... e o Deputado Wilson Santos tem nos defendido também. Uma outra coisa que quero falar rapidamente para o nosso Deputado, nós fazemos muitos projetos, foi falado muito sobre projeto de PRONAF, mas estamos tendo um problema muito grande que já vem de longo tempo não é de agora, o Banco do Brasil... Gostaríamos que ele estivesse aqui, além de todos os entraves que eles colocam, quando falam que é

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

EMPAER, eles colocam toda dificuldade possível. Tem projeto protocolado há um ano, está parado lá, Deputado, Presidente Nilton, está parado o projeto. Vemos projetos de concorrentes nossos sendo rapidamente liberados. Então, queremos deixar o nosso repúdio em relação a isso.

Estamos aqui colocando a nossa empresa à disposição, com todas as dificuldades possíveis, mas nós estamos aqui, porque somos parceiros e defendemos a agricultura familiar. Muito obrigado a todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado a nossa querida EMPAER.

Vamos ouvir agora o representante do Corpo de Bombeiros, o Major.

O SR. QUEIROZ (MAJOR) – Senhoras e senhores, boa tarde!

Apraz-me cumprimentá-los cordialmente.

Sr. Deputado, em seu nome cumprimento de forma muito cordial todas as autoridades que compõem a mesa.

Sou Major BM Queiroz, sou Comandante do 1º Batalhão de Bombeiros Militar. Sobretudo tenho um carinho muito especial por toda esta área de Santo Antônio de Leverger, o meu pai é mimoseano, então desde criança eu venho percorrendo estas terras de Mimoso, Barão de Melgaço, Porto de Fora.

Então, cumprimento de uma forma muito cordial a todos aqui.

Deixo aqui a nossa corporação em nome do Comandante-Geral, a qual represento, a nossa instituição está de portas abertas, em especial o 1º Batalhão que é responsável por esta área.

Neste momento, deixo à disposição para curso de brigada de incêndio, capacitação para a área de prevenção. Se acaso alguém aqui quiser fazer uso da palavra e solicitar qualquer tipo de serviço da nossa instituição, certamente será muito bem atendido. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado, Major.

Com a palavra o Padre João, que está presente em todas as audiências públicas, acompanhando, observando, se inteirando do dia a dia da comunidade.

O SR. JOÃO MENDES (PADRE JOÃO) – Eu agradeço o convite, Deputado, depois o Neco que faz o convite chegar até mim.

De fato eu circulo nessas 15 comunidades todos os meses e sei das necessidades, talvez por causa da função que eu desempenho, sei das necessidades e dos anseios que embora esta Audiência Pública nos ajude muito, mas ela traz em nós certa frustração, porque nós cobramos na Audiência Pública passada a Secretaria de Infraestrutura e hoje ela não se faz presente. Então, nós carregamos certa frustração.

Vossa Excelência estava dizendo, há pouco, que Agrovila tem condições socioeconômicas para até se tornar um município. Nós já estamos sofrendo esses problemas por causa da nossa ligação com Santo Antônio de Leverger. Por exemplo: na questão militar, a questão da segurança, os horários que nós estamos mais vulneráveis é o horário que faz a troca de guarda que tem que acontecer em Santo Antônio de Leverger.

Os registros de Boletim que o Marcão estava falando, nós temos que sair, eu já fui um desses casos, quando entraram na minha igreja, tive que sair daqui, ir à noite ainda do mesmo dia, a Santo Antônio de Leverger fazer o registro. Nós não temos acesso à sede do município porque o acesso é precário. Temos que ir à Cuiabá para ir à sede em Santo Antônio de Leverger. Então, já começamos a sofrer esses problemas em relação à sede.

Bem, não sei como fazemos!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Agora, para concluir, nós, da Agrovila, precisamos trabalhar em conjunto e nos unir como o povo da Agrovila e do entorno, porque eu não sei - o Ugo está aqui e sabe disso - que feitiço acontece aqui, na Agrovila. Nós cobramos, mas não fazemos nenhum representante nosso. Tem algum representante aqui da Agrovila? Eu não conheço! Tem o Neco que é suplente, mas um nome nós temos, porque sequer somos capazes de nos unir para conseguir os nossos representantes. Infelizmente, esta é uma verdade e quem paga o pato por isso somos nós todos.

Então, deixo aqui a minha frustração em relação a isso, mas vejo que esta Audiência Pública que o senhor promove já nos consola em, ao menos, sermos ouvidos.

Então, eu agradeço! (PALMAS)

Antes de concluir, eu gostaria como autoridade religiosa de convidar a todos para rezarmos um Pai Nosso, pedindo que Deus abençoe o trabalho de todas as autoridades aqui presentes, sobretudo, o nosso Deputado que convocou esta Audiência Pública e, também, abençoe todos nós, moradores da Agrovila e do entorno, para que Deus quem sabe, Ele sim, possa nos ouvir nas nossas necessidades.

(O PADRE JOÃO PROCEDE À ORAÇÃO DO PAI NOSSO – PALMAS.)

O SR. PADRE JOÃO – Só para deixar registrada uma reclamação também ao senhor, Deputado: eu, ainda, não recebi os limões. (RISOS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Esses limões estão famosos.

Eu quero agradecer, primeiramente, a Deus que nos proporcionou uma tarde de muito trabalho, de muitas explicações e de muitas informações. Nós saímos daqui, de volta para as nossas casas, muito melhor informados, seja na área da segurança, seja em relação à EMPAER, seja em relação à FETAGRI, em relação ao trabalho do Parlamento Estadual, da Câmara Municipal, dos assentamentos, do INCRA e do INTERMAT. Foi uma tarde de muito trabalho! Voltaremos em breve aqui com a quarta Audiência Pública. Vamos organizar! Não temos data, não temos nada definido ainda, mas vamos organizar.

Então, quero agradecer ao Neco que correu o trecho, convidou a todos, mobilizou. Houve uma presença maciça, espetacular, mais de 300 pessoas aqui, as principais lideranças.

Quero lamentar a ausência do Prefeito Valdir e, também, por não ter encaminhado nenhum representante a este evento tão importante no seu município; lamentar a ausência do Secretário de Estado de Infraestrutura, Dr. Marcelo de Oliveira e Silva, que não veio e não mandou ninguém a este evento; e agradecer os que vieram.

Muito obrigado a todos!

Fiquem com Deus!

Uma ótima sexta-feira a todos!

Uma salva de palmas para toda esta região bonita, maravilhosa! (PALMAS)

Declaro encerrada a presente Audiência Pública.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, REALIZADA
NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30MIN, NA AGROVILA DAS PALMEIRAS.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Alessandra Maria Oliveira da Silva
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Taiza Antônia Noujain;
 - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
 - Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
 - Patricia Elena Carvalho;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Sheila Cristiane de Carvalho;
 - Solange Aparecida Barros Pereira.